



Atos da Presidência:

RESOLUÇÃO N° 030/91

DATA: 23 de setembro de 1991

SÚMULA: Denomina Sala Deputado Gabriel Manoel as dependências onde está instalada a gráfica deste Poder Legislativo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica denominada Sala Deputado Gabriel Manoel as dependências onde está instalada a gráfica deste Poder Legislativo.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO N° 031/91

DATA: 23 de setembro de 1991.

SÚMULA: Modifica o artigo 1° da Resolução n. 074/90 de 24 de outubro de 1990.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - O artigo 1° da resolução n. 074/90 de 24 de outubro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do município de Rio Branco do Ivaí, desmembrado de Grandes Rios.

Começa no rio Ivaí, na balsa denominada Porto Espanhol, deste ponto por uma linha seca rumo nordeste, em direção a Barra do Ribeirão escrita no rio do Peixe, até encontrar o espigão mestre rio Branco - rio Alonzo, segue por este espigão no sentido sudeste até encontrar a divisa dos lotes 13 e 14 da gleba Ribeirão Bonito, segue por esta divisa no sentido sudoeste, até a nascente da Água do Gomes, por este abaixo, até sua foz no córrego Piracanjuba e deste abaixo até o ribeirão Catanduvás, pelo qual desce até o rio Branco onde segue por este acima até a foz do córrego Gamelão, onde segue por este acima até o

ponto em que é cortado pela linha seca que partindo da nascente do rio Botocudo alcança a nascente do rio do Trigre, segue por esta linha no sentido noroeste até sua nascente, daí por uma linha seca alcança a nascente do rio do Tigre, pela qual desce até sua foz no rio Ivaí, e por este abaixo até a balsa denominada Porto Espanhol, ponto de partida.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA ATA DA 96ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1991

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Basílio Zamusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Arlindo Troian e Luiz Antonio Setti (02). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Cesar Silvestri e José Afonso Júnior (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior à qual foi

aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº 930/91, do Senhor Mauro Rocha - Chefe da Casa Civil, encaminhando RESPOSTA de pedido de informações dos Deputados ERNANI PUDELL, DOUTOR ROSINHA e OVÍDIO CONSTANTINO, solicitando à Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, sobre "quais entidades e/ou instituições que recebem verbas a qualquer título do Estado do Paraná". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº 928/91, do Senhor Mauro Rocha - Chefe da Casa Civil, encaminhando RESPOSTA de pedido de informações da Deputada EMÍLIA BELINATI, o qual foi solicitado à Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, sobre "esclarecimentos de instalação do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº 1179/91/GS, do Senhor Nizan Pereira - Secretário de Estado da Saúde, RESPONDENDO pedido de informações do Deputado FLORISVALDO FIER, sobre "Bancos de Sangue existentes no Paraná e se o Setor de Vigilância Sanitária tem recebido alguma denúncia de irregularidade desses Bancos de Sangue". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 1180/91/GS, do Senhor Nizan Pereira - Secretário de Estado da Saúde, RESPONDENDO pedido de informações dos Deputados ERNANI PUDELL e DOUTOR ROSINHA, que solicitaram "quais entidades portadoras de declaração de Utilidade Pública que recebem subvenções ou auxílios do tesouro do Estado". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2477

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 25.09.91

(a) ADEMAR TRAIANO

Curitiba, quarta, em 25.09.91

REQUERIMENTO Nº 2494

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Resolução 053/91 que autoriza a realização de plebiscito no Distrito de Marquinho, a ser desmembrado do Município de Cantagalo.

Sala das Sessões, em 25.09.91

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o Projeto de Resolução 053/91 encontra-se com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, solicitamos que seja o mesmo incluído na Ordem do Dia, tendo em vista a exigüidade de tempo para a marcação do plebiscito.

REQUERIMENTO Nº 2481

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas prerrogativas regimentais, REQUER, a Vossa Excelência que, após consultado o douto Plenário, seja deferido o arquivamento do Projeto de Lei nº 425/91, de sua iniciativa, por não contemplar integralmente os fins a que se propõe.

Sala das Sessões, em 25.09.91

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2485

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam designados os dias 30 e 31 de outubro próximo vindouro, para realização, neste Poder, do 1º Seminário: PARANÁ DEBATE JUSTIÇA E SEGURANÇA, destinado a discutir a realidade da segurança pública paranaense, bem como das leis de execuções penais e do sistema penitenciário, a fim de buscar soluções para os diversos problemas afetos a essas questões.

Sala das Sessões, em 25.09.91

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 2495

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, com base no artigo 35 do Regimento Interno, a formação de Comissão Especial integrada por 05 (cinco) Deputados para, em audiência com a direção da Superintendência Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, buscar o esclarecimento das denúncias de trabalho irregular não permitido pelo Estatuto do Menor e do Adolescente por menores a serviço daquela instituição nesta Capital, contidas no Jornal Correio de Notícias de 24 de setembro fluente, à página 1 do ca-

dermo 2, de cópia anexa.

Sala das Sessões, em 25.09.91

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO N° 2497

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, deferência da Mesa Executiva para utilização da tribuna deste Poder Legislativo por um representante dos estudantes paranaenses, para abordagem do projeto de meia-entrada, em discussão nesta Casa.

Sala das Sessões, em 25.09.91

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2483

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor FRANCISCO TERCÍLIO SATIN, bem como o envio deste Expediente à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25.09.91

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Para que em nome deste Poder Legislativo e, em meu próprio nome, fiquem expressas profundas condolências pelo falecimento de pessoa que, por sua conduta de vida, sempre merecerá de todos nós profundo respeito e admiração.

REQUERIMENTO N° 2482

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Votos de Congratulações ao Senhor Secretário da Agricultura OSMAR DIAS, pelo lançamento do Programa de Recuperação Intensiva das Pastagens do Arenito do Caiuá, hoje na cidade de Terra Rica.

Sala das Sessões, em 25.09.91

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 2486

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a formulação e inserção em Ata de Votos de Congratulações a Senhora MARIA CRISTINA DE ANDRADE VIEIRA, diretora cultural do BAMERINDUS, pela sua posse no Conselho Consultivo do Instituto de Organização Racional do Trabalho, entidade internacional, comandada por Larte Setúbal Filho. Fundada em 1931, tal Instituto tem um Conselho integrado por 15 personalidades nacionais, como os

empresários Antonio Ermírio de Moraes e Olavo Setúbal, sendo dona Maria Cristina, a única mulher a integrá-lo.

A distinção vem confirmar a excelente formação e incorrigível exercício profissional da ilustre diretora da Fundação Cultural BAMERINDUS.

Que do teor do presente, além da homenagem, seja enviada cópia ao presidente da entidade supramencionada.

Sala das Sessões, em 25.09.91

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2496

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de Moção de Solidariedade a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de São Paulo, LUIZA ERUNDINA DE SOUZA, no momento em que se tenta inverter a verdade das coisas, com respeito à honestidade na condução da administração pública, de vez que entendemos ter sido constantemente exemplar o comportamento da referida autoridade, demonstrando lisura inquestionável no exercício do mandato que o povo lhe conferiu.

Sala das Sessões, em 25.09.91

(aa) RENATO ADUR

ORLANDO PESSUTI

JOSÉ TAVARES

ALCEU SWAROWSKI

EURIDES MOURA

REQUERIMENTO N° 2475

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de sugestão ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Renato Pedroso, para que seja criada uma Vara Especial de Justiça na Comarca de Paranaguá, destinada exclusivamente a acolher e julgar representações e ações referentes ao porto de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 25.09.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O movimento de ações cíveis e trabalhistas sobre o porto de Paranaguá está a justificar, de há muito, a criação de uma vara específica, no interesse da Justiça.

De outra parte, um foro especial viria a facilitar a demandantes e litigantes sobre direitos de trabalho e comércio o ajuizamento e o acompanhamento dos pleitos apresentados.

Essa é já uma tradicional postulação de todos quantos têm envolvimento com o funcionamento do nosso porto.

REQUERIMENTO N° 2478

Sala das Sessões, em 25.09.91.

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Ministra da Ação Social e ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, solicitando-lhe imediatas providências no sentido de estabelecer-se programas de auxílio à população de Janduís, no Estado do Rio Grande do Norte, cuja população vem sofrendo desesperadamente com a fome e a seca que, aliados aos recursos completamente esgotados da Prefeitura Municipal, não vêm num horizonte próximo a reversão da trágica situação que se abate sobre aquele Município enclavado no mais árido sertão potiguar.

Sala das Sessões, em 25.09.91.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2479

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Fernando Collor de Mello, Presidente da República; Margarida Procopio, Ministra da Ação Social e ao Governador do Estado do Rio Grande do Norte, manifestando o repúdio deste Legislativo à discriminação política incrementada sobre a Prefeitura Municipal de Janduís, no Estado do Rio Grande do Norte, e solicitando das mencionadas autoridades não só o retorno do repasse dos recursos financeiros a que tem direito aquela municipalidade, mas também medidas emergenciais visando impedir a continuação da fome e da sede daquela população, que vem sendo dramaticamente abatida face à situação de calamidade pública vivida pelo Município em função da seca e do bloqueio imposto pelos demais entes da República.

Sala das Sessões, em 25.09.91.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2484

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente ao Sr. Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, e ao Senhor Mário Pereira, Digníssimo Secretário do Estado do Paraná, objetivando sejam iniciadas as obras da Rodovia que liga Capanema a Marmelândia.

Sala das Sessões, em 25.09.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente é solicitar do Sr. Governador do Estado, o cumprimento de compromissos assumidos perante as lideranças políticas do Sudoeste paranaense, quando da instalação provisória do Governo do Estado em Barracão (PR).

Naquela ocasião, juntamente com o Secretário de Estado dos Transportes e com o Sr. Chefe da Casa Civil, o Sr. Roberto Requião comprometeu-se publicamente a autorizar o início das obras da rodovia que liga Capanema à Marmelândia.

Esta obra possui extensão de 36,8 Km e já possui seu projeto topográfico concluído. Foi objeto de promessa efetuada nos palanques pelo ex-governador Alvaro Dias, o qual, inclusive, assinou a licitação para a construção da estrada em ato público.

Com o fechamento da Estrada do Colono, esta obra representa a redenção dos municípios de fronteira, bem como uma verdadeira compensação para as populações beneficiadas e que tantas vezes foram iludidas no sentido de que a obra seria efetivamente realizada.

O que estamos defendendo com este requerimento é que finalmente a palavra empenhada pelos representantes do Poder Público Estadual seja cumprida, para que o povo não se sinta mais enganado e para que se faça justiça.

Sendo o que se apresentava para o momento, finalizamos, certos do apoio que o presente receberá de seus destinatários, bem como do dos nobres Pares.

REQUERIMENTO N° 2488

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo à Corregedoria Geral da Justiça, solicitando agilização das providências na sua alçada, com vistas à apuração das responsabilidades de violências, arbitrariedades e abuso de autoridade por parte de policiais civis que invadiram a sede do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Paraná, conforme documentos recolhidos e encaminhados pela Procuradoria Geral da Justiça, em 24 de junho deste ano.

Que do presente seja dada ciência ao Magnífico Reitor da UFPR, ao Departamento de Artes da UFPR e ao DCE da UFPR.

Sala das Sessões, em 25.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A gravidade dos fatos decorridos da invasão do DCE da UFPR, recentemente, justifica, por si própria, este requerimento.

Por outro lado, pela necessidade da

garantia do estado democrático neste País, e pelo respeito aos direitos do homem, é necessária a vigilância redobrada dos Poderes constituídos, com vistas à apuração e punição dos envolvidos em práticas de abuso de poder e arbitrariedades.

Esta posição, naturalmente, é comparatilhada pelo Ministério Público, que na sua área de atuação, desenvolveu prontamente ações visando orientar o processo de apuração de eventuais responsabilidades, razão pela qual, esperamos também a sempre atenciosa colaboração da Corregedoria de Justiça, no caso em tela.

REQUERIMENTO N° 2489

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Secretário Especial de Cultura da Presidência da República e à Secretaria Estadual de Cultura, em forma de apelo para recuperação da Sociedade Garibaldi, nesta Capital.

Que do presente seja enviada cópia ao jornalista Dino Almeida e à Sociedade Garibaldi.

Sala das Sessões, em 25.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O belo casarão da praça que tem o seu nome - o Largo Garibaldi - já passou por duas guerras mundiais e já foi até confiscado pelo Governo. A Sociedade Garibaldi nasceu como um clube da colônia italiana, transformando-se durante algum tempo, no nosso Tribunal de Justiça. Hoje, o imóvel é tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Construído há 108 anos, o prédio da Sociedade Garibaldi necessita com urgência de obras de restauração: este é o apelo que sua diretoria, através do presidente, Wladimir Olympio Trombini, está dirigindo à sociedade paranaense: "A SOCIEDADE GARIBALDI PRECISA, MAIS DO QUE NUNCA, DOS SEUS AMIGOS".

Por esta razão, pelo que a Sociedade representa para nossa cultura, razão até porque foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico, é que clamamos pela intervenção dos órgãos de cultura nacional e estadual para impedir que seu prédio, que abriga tanto de nossa história, transforme-se em ruínas.

REQUERIMENTO N° 2490

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, solicitando extensão de

rede de energia elétrica até a Rua Francisco Fay Neves, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se à reivindicação dos moradores da rua em questão, no sentido de que sejam beneficiados com os serviços de energia elétrica. A COPEL já tem rede instalada no local, entretanto, há necessidade de uma pequena extensão para atender aos moradores da Rua Francisco Fay Neves, nesta Capital.

Diante disso, confiamos nos estudos e nas providências da COPEL, a fim de atender à merecida reivindicação daqueles curitibanos.

REQUERIMENTO N° 2491

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, no sentido de que o mesmo tome medidas urgentes para abrandar os efeitos desastrosos, que vem causando a seca, que devasta o Noroeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.09.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A urgência de nosso pedido se fundamenta no tempo que não chove na região Noroeste de nosso Estado, encontrando-se a mesma em situação calamitosa. Esta estiagem, vem causando problemas emergenciais, visto a perda de quase a totalidade da safra, notadamente da de mandioca, ocasionando grande índice de desemprego, principalmente aos bóias-frias, cuja situação é dramática. A pior seca que a região enfrenta, segundo se tem notícia, vem deixando famílias inteiras sem ter o que comer.

Diante do acima narrado, é que solicita-se urgentes medidas do Senhor Governador do Estado do Paraná, para que o mesmo, usando de medidas extraordinárias, tais como a criação de frentes de trabalho, distribuição de alimentos à população mais carente e outras que julgar necessárias, abrande as circunstâncias funestas que ocorrem no presente momento, e que se não solucionadas em curto prazo, poderão causar uma convulsão social da região.

REQUERIMENTO N° 2492

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao digníssimo Secretário de Transportes Senhor MÁRIO PEREIRA, no sentido de que o mesmo determine a conclusão da ligação asfáltica do

trecho Juranda a Placa, São Carlos do Ivaí.

Requer outrossim, o envio de cópia do presente requerimento ao Prefeito Municipal de São Carlos do Ivaí e ao Presidente da Câmara Municipal da referida cidade.

Sala das Sessões, em 25.09.91

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Já fazem mais de 03 (três) anos que foi realizada a terraplanagem da estrada, estando a mesma totalmente abandonada, sendo certo que o trecho é de apenas 05 quilômetros, tendo os moradores da região, ao se dirigirem à cidade de Paranavaí, que fazer um percurso de mais de 25 quilômetros, face à situação atual da estrada.

Convém salientar que, a região é quase que totalmente plana, não havendo rios para a construção de pontes o que, certamente encareceria a obra.

Saliente-se outrossim, que seria de grande importância econômica à região o efetivo término da obra, o que possibilitaria um aumento substancial no escoamento da produção agrícola e industrial, acarretando um efetivo progresso social.

REQUERIMENTO N° 2493

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao digníssimo Secretário de Transportes, Senhor MÁRIO PEREIRA, para que o mesmo determine a inclusão no orçamento do Estado, para 1992, a pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede do Município de Planaltina do Paraná a seu Distrito de Gauchinha.

Requer outrossim, o envio do presente requerimento ao Prefeito Municipal das cidades de Planaltina do Paraná, Amaporã e Mirador, bem como aos presidentes das Câmaras Municipais dos respectivos municípios.

Sala das Sessões, em 25.09.91

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Com a pavimentação asfáltica da estrada que liga Planaltina do Paraná ao seu Distrito de Gauchinha, certamente que haverá uma sensível melhora no escoamento agrícola e industrial da região eis que o trecho de cerca de 16 quilômetros, beneficiará a produção agrícola dos municípios de Amaporã, Mirador, além de Planaltina do Paraná.

Convém salientar ainda, por oportuno, que a infra-estrutura básica à obra, será exatamente barata, face às características topográficas da região, que não oferece obstáculos naturais tais como rios, açudes, montanhas, o que torna viável e factível a obra.

REQUERIMENTO N° 2474

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa da sessão de hoje, o artigo "A BÍBLIA", de autoria do Senhor IRENO VICENTE e publicado na página 31 da Gazeta do Povo.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 25.09.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Quando todos devemos aprofundar a leitura da BÍBLIA, para nossa tranquilidade, para nossa serenidade e meditação da palavra de Deus, entendemos o artigo publicado hoje na Gazeta, realmente cheio de amor apostólico como disse o seu autor.

A família brasileira pela sua formação religiosa, pelo seu mais profundo e imutável amor ao próximo, preceito maior e mais sagrado de todo o ser humano, prega através da Sagrada Escritura o exemplo da fé.

Por tudo isto, entendemos justo e oportuna a transcrição do artigo sobre "A BÍBLIA", saudando efusivamente a Gazeta do Povo através do seu Diretor Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, pelo que tem feito e continuará fazendo em prol da sociedade paranaense em geral.

REQUERIMENTO N° 2487

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo do Estado do Paraná o artigo "UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA: UMA CONQUISTA DA SOCIEDADE", de autoria da professora MARIA AMÉLIA SABBAG ZAINKO, pró-diretora de Graduação da UFPR, e do professor EVALDO ANTONIO MONTIANI FERREIRA, coordenador geral dos cursos de graduação da UFPR, pela valiosa contribuição que presta à discussão da proposta de privatização do ensino superior e defesa da nossa Universidade.

Que do teor do presente dê-se ciência aos autores dos artigos, ao magnífico reitor da UFPR e aos nossos Deputados Federais e Senadores pelo Paraná.

Sala das Sessões, em 25.09.91

(a) ALGACI TÚLIO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 058/91

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização

de Plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Moreira Sales, para que a população decida sobre a criação do Município de PARANÁ D'OESTE, desmembrando-o do Município de Moreira Sales.

"Começa no Rio Goio-Erê, no ponto de encontro da linha de divisa entre as Glebas 11 e 12 da Colônia Goio-Erê, subindo o referido Rio Goio-Erê até a foz do Arroio Água Grande, pelo qual sobe até encontrar a linha de divisa intermunicipal Moreira Sales-Goioerê, deste ponto segue pela referida divisa rumo Noroeste contornando a área da cidade de Paraná D'Oeste até o seu cruzamento com a linha de divisa das Glebas 11 e 12, de onde segue pela referida divisa rumo norte até o Rio Goio-Erê, ponto de partida".

PERÍMETRO URBANO

"Inicia-se no entroncamento das ruas 1° de Maio e Piquiri. Segue pela Rua Piquiri até a Rua 19 de Dezembro, segue por esta até a Rua América, por esta até a Rua 1° de Maio, por esta até o entroncamento com a Rua Piquiri, ponto inicial e final".

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.09.91

(a) DIRCEU MANFRINATO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 432/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Memorial Descritivo do Município de Mato Rico, criado pela Lei n° 9564, de 31 de janeiro de 1991, passa a vigor com a seguinte redação:

"Partindo de um marco de concreto, fixado na margem direita do Rio Cantú com a foz do Córrego do Peixe, seguindo por esta até a sua nascente; seguindo deste ponto por linha seca até a nascente do Rio Jiquiri, e deste novamente por linha seca até a nascente do Rio Mato Rico; daí por outra linha seca até a nascente do Rio Água Bonita; daí seguindo por uma estrada até o seu encontro com o Córrego Quarenta e Três, e por este até o seu encontro com o Rio Palmital; daí pelo Rio Palmital divisando com o Município de Roncador até o seu encontro com a estrada Pitanga à Campo Mourão, e por esta até o Rio Macacos, seguindo por este até a sua foz no Rio Cantú, divisando com o Município de Palmital, até a foz do Córrego do Peixe, ponto de partida".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.09.91.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O Plano de Lei em tela objetiva corrigir distorção apresentada no Memorial Descritivo da área do Município de Mato Rico, desmembrado do Município de Pitanga.

A correção que este projeto pretende incutir, atende os parâmetros do IBGE, consultado sobre o melhor procedimento a impor-se à área emancipada.

Assim ajustado, o Memorial Descritivo ensejará determinar-se com maior grau de precisão o contingente populacional da área, positivamente importante para que o novo Município de Mato Rico possa apresentar-se às eleições municipais de 1992.

PROJETO DE LEI N° 433/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Poder Executivo, através da Secretaria da Fazenda, deverá publicar, trimestralmente, no Diário Oficial do Estado, relação dos 500 (quinhentos) maiores contribuintes em débito com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

§ 1° - A publicação deve conter as seguintes informações:

I - razão social do estabelecimento em débito;

II - número da respectiva inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado;

III - valor total do débito até a data da publicação, em valores correntes do mês;

IV - valor das multas e atualizações monetárias incorridas até a data da publicação;

V - data de inscrição do débito mais antigo registrado.

§ 2° - A lista referida no "caput" deste artigo obedecerá a ordem decrescente do valor total da dívida.

Art. 2° - Será exigido documento comprobatório da inexistência de débito relativo ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, fornecido pelo órgão competente:

I - na contratação com o Poder Público;

II - na habilitação para participação em licitação instituída por qualquer dos Poderes do Estado ou de entidades da administração indireta;

III - para recebimento de benefícios ou incentivo fiscal ou creditício concedido pelo Poder Público Estadual.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.09.91

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

e OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

O ostracismo dos atos praticados por qualquer pessoa, e por consequência sua manutenção longe do domínio público, leva-os a reincidirem na prática sem maiores preocupações. Isto aplica-se, evidentemente, aos devedores do ICMS, protegidos que são pelo sigilo das informações.

O presente projeto prende-se ao fato de que o anúncio da publicação de listas, nomeando-se os devedores junto à Secretaria da Fazenda, irá compelir a busca do órgão visando saldar ou refinar as dívidas, objeto de possível divulgação.

Com obrigatoriedade da divulgação dos maus pagadores, pessoas jurídicas que hoje têm sua imagem protegida pelo sigilo e necessitam mantê-la imaculada junto ao público em geral para continuar operando no mercado, irão preocupar-se em saldar seus débitos, provocando não só certa moralização no processo arrecadatório, como também incrementando a receita tributária do Estado. Além, é claro, de colocar a nu a administração estadual no que tange à máquina arrecadadora.

Contamos, em vista do exposto, com a aprovação unânime do presente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente, passa-se ao Pequeno Expediente.

Com a palavra o Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhamos a esta Casa projeto de lei de nossa autoria que versa sobre a criação da disciplina "Educação Ambiental" no currículo de ensino de primeiro grau no Estado do Paraná. Ecologia, meio ambiente e preservação da natureza tem sido um assunto constante da imprensa nacional. Jornais, rádio e televisão vêm dando ênfase a este assunto de relevância ao nosso país e ao mundo. Nós, os políticos, também temos falado muito sobre esta nossa proposta, sem no entanto conseguirmos alguma coisa de concreto. Por isso estamos encaminhando à apreciação dos senhores Deputados esta nossa proposta que deva ser introduzida no ensino de primeiro grau para que os estudantes desde os seus primeiros dias de aula possam aprender e colocar em prática matéria de tamanha relevância. É muito difícil, quase que impossível, Srs. Deputados, é colocar, é transformar na mentalidade da pessoa adulta, mas muito fácil com que as crianças aprendam e coloquem em prática. Tem a seguinte redação este nosso Projeto de Lei. (Lê): "Súmula - Introduz a disciplina Educação Ambiental como

obrigatória no currículo do 1º grau de ensino no Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica introduzida no currículo do ensino de 1º grau no Estado do Paraná a disciplina Educação Ambiental, como obrigatória e autônoma.

Parágrafo Único - Caberá aos órgãos da Secretaria de Estado da Educação coordenar a estruturação e programas da disciplina criada, dando ênfase à conservação da natureza e valorização do meio ambiente.

Art. 2º - Fica autorizada a utilização de professores da rede estadual de ensino de qualquer área para ministrar aulas dessa disciplina, após a devida reciclagem.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor 06 (seis) meses após a publicação.

Sala das Sessões, em 10.09.91

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Os olhos do mundo estão voltados para a necessidade de preservação da natureza. O Brasil está dando atenção à conservação de seus recursos naturais. Os homens estão sentindo na pele a importância de manter seu habitat natural em condições de bem-estar.

A atual geração adulta da população brasileira não teve na infância e adolescência noções técnicas e sociais a respeito da importância da natureza. Em consequência vem explorando-a irracionalmente com vistas apenas ao progresso econômico. Com isso a natureza é destruída, tornando o meio ambiente cada vez mais prejudicial à vida.

A mudança de mentalidade é um processo cultural demorado o que torna urgente o início de um processo educativo para colher resultados futuros. Nossas atuais crianças precisam ser instruídas e educadas para valorizar a natureza e quando adultas viverem ainda num ambiente salutar.

A legislação superior, através do Conselho Federal de Educação apenas recomenda a introdução dessa disciplina nos currículos. No Estado do Paraná o assunto é tratado apenas entremeado nos programas de outras disciplinas.

A grandeza e a seriedade do assunto exigem seu estudo por uma disciplina obrigatória e autônoma. São necessários uma orientação, metodologia e programas próprios. É necessário que se criem nas escolas pessoas especializadas na educação ambiental.

À Secretaria de Estado da Educação terá condições de coordenar os setores en-

volvidos e criar condições indispensáveis de pessoal e programas para o ministério dessa importante disciplina.

Facilmente a Secretaria da Educação encontrará professores que há muito tempo lecionam uma só disciplina e que são apreciadores da natureza e sentirão gosto em diversificar suas atividades na nova disciplina.

Por fim, a importância da disciplina Ecologia nas escolas do Paraná está diretamente ligada à importância da própria vida. Não é admissível que o homem por ignorância destrua os seus meios de vida enquanto busca uma vida melhor e bem-estar que, em suma, são o objetivo e a finalidade das atividades humanas."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como educador, como trabalhador do serviço público deste Estado, não tive ontem a oportunidade de registrar a minha satisfação em ver retomada por Sua Excelência o Deputado Algaci Túlio este estímulo aos estudantes do Paraná com relação a meia catraca, ou seja, nós temos certeza que a repercussão do projeto ora apresentado por Vossa Excelência ele abrange não apenas a questão de meia catraca, não apenas o retorno daquele direito que o estudante tinha, em ter a carteira de estudante para entrar no cinema e em outras repartições, mas também estimula a cultura, estimula o jovem a lutar, como está se fazendo aqui, ultimamente, com a presença maciça de jovens, representados através das suas uniões estudantis, UPES, UBES, a Juventude Socialista, a União Socialista, e a retomada - eu tenho certeza disso - daquele sangue vigoroso, daquele sangue do estudante que até há pouco tempo ainda tinha medo da repressão do Regime Militar de 1964. Isso vai demonstrar de fato a revitalização da força que o nosso jovem deve ter para participar das grandes decisões deste País, o jovem que foi proibido, através da força, através do regime autoritário, de participar das questões políticas que envolvem este País. E neste momento nós nos sentimos felizes como educadores e, neste momento, como político dentro desta Casa porque estamos vendo o retorno do jovem, através das suas organizações, voltando a se preocupar com as questões que envolvem a nossa sociedade, e esses jovens são a nossa continuidade, esses jovens são o exemplo da força e da seriedade que este país precisa ter e nós temos certeza que quando se vivia o momento de luta dos grandes movimentos estudantis na

época da Revolução, na época da ditadura, quantos jovens tombaram, quantos jovens até hoje, não se sabe o destino, onde estão. Quantas mães ainda choram os seus filhos, porque nós tivemos jovens de fato, com coragem de lutar pelos seus direitos e nos sentimos felizes, quando vemos através de uma iniciativa desta grandeza, a retomada desta força. Esta manifestação das entidades estudantis, a manifestação da força estudantil que é uma das grandes responsáveis pelo retorno da democracia, pelo retorno do direito à participação como aqui se tem feito ontem, se está fazendo hoje e com certeza, com maior força, se fará no futuro, porque nós temos a certeza que hoje o jovem, tendo direito a esta meia catraca, a esta meia-entrada, a este meio-bilhete onde quer que vá, este jovem está se distanciando de um dos problemas graves que hoje atinge a sociedade brasileira e o Paraná não é ilha, que é o problema da droga. Nós temos certeza que há uma abertura para que o nosso jovem tenha condição de, em estando em apresentações teatrais, em estando em apresentações cinematográficas e em outros tantos eventos culturais, este jovem terá a sua cultura, terá a sua cabeça ocupada com a cultura, com a grandeza do país e obviamente se esquecendo de drogas e tantas outras coisas ruins que têm assolado a nossa juventude.

Parabéns Deputado Algaci Túlio e com certeza aqueles que se preocupam com a nossa juventude, aqueles que se preocupam com a nossa cultura, não medirão esforços para também sancionar esta lei e fazer desta luta da juventude e sua em particular também, uma realidade para que se retome a força, para que se retome a luta para que nós possamos incentivar o jovem do Paraná a iniciar uma luta coerente, uma luta consciente, uma luta pela grandeza do Brasil, através do Paraná e nós temos certeza que hoje, este trabalho está se retomando quando nós temos a honra de ver, neste plenário, jovens preocupados em garantir os seus direitos e temos certeza que o governo do Paraná há de sancionar esta lei, dando esta garantia e representando aquela força, até com recursos financeiros para que se evite que jovens e que suas entidades saiam batendo de porta em porta para conseguir minguados recursos para os seus congressos e seus eventos. Com certeza, esta iniciativa trará esta recuperação financeira e sem dúvida, retomará a organização da juventude paranaense e da juventude brasileira, através de medidas como esta. Quiçá possamos ter de voltar à discussão, quiçá possamos ter a organização do nosso jovem como está se fazendo nesse momento, através das suas manifestações.

Era só.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, com a palavra, o Senhor Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros e companheiras estudantes.

A imprensa ontem e hoje tem divulgado a posição de alguns dos Deputados desta Assembleia Legislativa a respeito da CPI da Saúde.

Tem divulgado que esses Deputados se colocam favoráveis a que seja tudo apurado pelo Ministério Público e que tudo seja levado à frente pela Polícia Federal. Só que são os mesmos Deputados que, na semana passada, votaram contrários à prorrogação do prazo para que essa CPI pudesse concluir os seus trabalhos.

Diz o Governador em um dos Jornais de circulação hoje no Paraná que a corrupção não chegou a ser concretizada, por isso não tem necessidade de ser apurada. Isto mostra que a posição do Senhor Governador Roberto Requião é de contradição entre o que fala e o que faz.

Roberto Requião diz que não deve ser apurada porque não se concretizou. E daqui desta tribuna perguntamos: as denúncias que o Senhor Governador levou à CPI da corrupção a respeito do envolvimento do Deputado Max Rosemann e do Senhor Toni Garcia também não se concretizou porque ele abortou - se é que isto ia ocorrer - antes do fato consumado.

Diz o Governador que lá em Brasília ele quer ver tudo apurado, mas aqui não tem necessidade de apurar. Essa é a falta de coerência que tem a Bancada de sustentação ao Governo e a falta de coerência que tem o próprio Governo entre o discurso e a prática ou o discurso a nível nacional e o discurso localizado no Estado do Paraná.

Nós cobramos do Senhor Governador a coerência na apuração de todos esses fatos, porque temos a absoluta certeza de que há irregularidade. A irregularidade é tanta que o processo original em que foram efetuadas as compras foi roubado de dentro da Secretaria de Saúde por alguém que não queria deixar que tudo fosse concretizado. De lá ele teve um sumisso e, por mãos anônimas, chegou até a Presidência desta CPI.

Sabemos que não terá apuração nenhuma se os documentos para lá não voltarem. Por isso hoje devolverei ao Palácio Iguaçu o processo original da concorrência 005/90, que foi roubado para que nada fosse apurado.

Claro que o Governador não tem inte-

resse em apuração de irresponsabilidades, porque envolve o seu Partido, envolve quadros dirigentes do seu Partido e o ex-Governador filiado ao seu Partido.

Este Governador que cobra na CPI da corrupção em Brasília coerência e honestidade, quero que também tenha coerência e honestidade e apure tudo e não fique entrando em contradições como tem entrado.

E por falar em CPI da corrupção em Brasília lá também o Senhor Governador entrou em contradições, pois entregou uma lista de empreiteiras que diz que estariam mordendo os 10% da SANEPAR. E nesta lista das empreiteiras tem a CG-Construtora, que tem como um de seus dirigentes o Sr. Hélio Lopes. O mesmo Senhor citado pelo Governador como quem lhe entregou a denúncia e quem lhe deu a lista das construtoras. Se foi o Senhor Hélio Lopes quem entregou a lista das empreiteiras envolvidas querendo os 10% da SANEPAR e o Senhor Governador levou até a CPI da corrupção, o que explica? Briga entre as empreiteiras, traição do Senhor Governador ou traição entre os Senhores empreiteiros? Queremos também e desejamos que a CPI da corrupção apure esses fatos, mas não só estes, porque o que ocorreu na CPI da Saúde, na Secretaria Estadual de Saúde, era com verbas provenientes do Ministério de Saúde. Nós remeteremos para lá também todo esse processo porque queremos que a CPI da corrupção em Brasília apure também o fato do envolvimento do Senhor Álvaro Dias, do ex-Deputado Estadual José Felinto e do Senhor Secretário da Casa Civil, Wagner Pacheco, se estão ou não envolvidos nessa corrupção com o tráfico de verbas do Ministério da Saúde, tráfico esse feito pela SAINEL e que já está envolvida em outros casos de corrupção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tendo recebido através do Bloco Agropecuário desta Casa, presidido pelo ilustre Deputado Orlando Pessuti, convite da Secretaria da Agricultura e quero crer que esse convite tenha sido ostensivo a todos os Senhores Deputados para participar do lançamento hoje, do programa de recuperação intensiva das pastagens do arenito do Caiuá na cidade de Terra Rica e lá não podendo comparecer, venho a esta Tribuna para fazer o registro com muita alegria deste fato, que é de repercussão não só espero, na região do Arenito do Caiuá, mas como consequência, em todo o Estado do Paraná.

O Programa, segundo o panfleto que eu

recebo, diz o seguinte: - "A região do Arenito do Caiuá é composta por 91 Municípios e representa 18% da área total do Paraná, sendo 59% usadas com pastagens cerca de dois bilhões de hectares; o rebanho bovino que atinge cerca de 3.500 mil cabeças representam 43% do rebanho total do Estado. Entretanto o mal manejo do solo e das pastagens da região tem trazido sérios problemas. A erosão, as más condições das pastagens e a falta de reposição de calagem e de adubação tem levado a uma baixa lotação de animais por área, a queda da produção de carne e leite, são as consequências.

O objetivo do Programa REIPAR: - O Programa visa a melhoria das condições das pastagens, juntamente com a recuperação dos solos. Pretende se efetuar uma reforma de pastagens que permita os produtores o uso mais duradouro das mesmas, sem prejudicar os solos.

Com as pastagens de melhor qualidade haverá lotação de animais, será possível um bom manejo das pastagens e dos animais. Desta forma, o produtor terá maior produção de carne e de leite. As lavouras realizadas no trabalho de reforma das pastagens, garantirão uma renda adicional. Essa renda poderá ser utilizada na melhoria das condições do solo e das pastagens, das propriedades rurais - metas do REIPAR.

O Programa de recuperação intensiva das pastagens do Arenito Caiuá, pretende fazer a reforma de 600 mil hectares de pastagens em quatro anos.

O Programa segundo informações oficiais que tenho, será investido cerca de dois bilhões e seiscentos mil hectares inicialmente.

A participação de 7.500 produtores, objetiva aumentar a lotação média do rebanho de 1,68, para 2 e meia cabeças hectarianas. Aumentar a produção de carne em 100 mil toneladas e a de produtos agrícolas em 5 milhões e 100 mil toneladas. Promover a melhoria das condições sociais e econômicas, maior número de empregos, maior industrialização da região, e aumento do ICMS, nos Municípios que participam do programa."

Senhores Deputados, Senhor Presidente, tenho também em mãos, verificado e constatado que no jornal da COCAMAR, Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá, uma notícia que tem relação também e há um depoimento de um técnico, parece-me que do Rio Grande do Sul, que diz o seguinte: - "Para ter ideia da importância de se adotar técnicas de conservação foi realizado, no Rio Grande do Sul, um trabalho testemunha. Nas áreas onde houve aplicação de adubo e calcário verificou-se uma produção seis vezes superior à área onde nada foi usado. Gastou-se mais, mas o rendimento é maior. Pas-

to bem nutrido responde favoravelmente até em relação às doenças." E aqui tem outras considerações e até depoimentos de outros técnicos acerca da recuperação das áreas em pastagens do Noroeste do Paraná.

O Noroeste do Paraná, como foi dito, que abrange cerca de 90 municípios, especialmente o Noroeste das terras arenosas, que sofrem com muita facilidade os danos da erosão. Nós tivemos nas décadas de 50 e 60 a ameaça de desaparecimento de áreas, de cidades do Noroeste, como Cruzeiro do Oeste, Paranavaí, Nova Esperança, Colorado. Me lembro que em Colorado tinha uma placa bem perto do centro da cidade que dizia, tamanhas eram as vorórcas: - "Visite Colorado antes que acabe." E hoje, felizmente, graças a investimentos durante anos de recursos vultosos, Colorado, Paranavaí, Cruzeiro do Oeste são cidades que orgulham o nosso Estado.

Pois bem, agora como não se deu nenhuma solução da área federal, nenhum recurso do Banco do Brasil, ou de qualquer órgão federal para o grave problema da erosão rural, surgiu no Paraná, parece-me que no início do Governo de José Richa, e depois incrementado no Governo de Álvaro Dias, um programa que me parece pioneiro no Brasil e que alguns Estados vem aqui aprender conosco as técnicas de manejo integrado dos solos, cujo programa salvou milhares de bacias hidrográficas do Paraná, em vastíssima área, evitando que a erosão não só desvalorizasse as terras como a sua depreciação, porque sabemos todos que as águas da chuva levam a parte mais rica da fertilidade do nosso solo.

Assim sendo, Sr. Presidente, o Paraná através deste programa de preservação do que é mais rico que nós temos, que são nossas terras, nosso solo, vem agora, no Governo Requião, se instalando hoje na cidade de Terra Rica, o lançamento deste programa que eu considero, para o Noroeste a um nível caro, eu entendo é o nível do Programa de Citricultura, que se faz lá também na região Noroeste, onde por definição do Governo e da Cocamar, será a primeira indústria de cítricos, no Estado do Paraná, tendo a cidade de Paranavaí como sede. E lá que se exige cerca de seis mil hectares de laranjas plantadas, já temos; aproximadamente quatro mil hectares. E essa obra que deverá ser iniciada no ano que vem, sem dúvida alguma trata-se de um grande programa para o Paraná e muito particularmente para a nossa região do arenito do Caiuá. Agora, ainda vendo os jornais esse convite que a Assembléia recebe do Senhor Secretário da Agricultura para esse programa de preservação das nossas pastagens, da sua recuperação, isto é, onde nós temos lá pastagens abandonadas ou com a qualidade de grama, ou da pastagem que se-

ja, muitas vezes é envolvida com esse capim que é o mato grosso que deteriora a qualidade das pastagens e diminui a capacidade de engorda, vejo esse programa, paralelamente a campanha de citricultura do Paraná, com bons olhos. Não podia deixar de vir aqui para manifestar ao senhor Secretário da Agricultura, Osmar Dias, e ao Governador do Estado do Paraná, a minha solidariedade e desejar que esse programa tenha êxito no Estado do Paraná e, sem dúvida ele irá além das fronteiras do Noroeste, objetivada pelo Governo do Estado.

Tem o aparte o Ilustre Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Sr. Deputado Basílio Zanusso, Vossa Excelência está fazendo uma análise muito bem e perfeita da situação da região do arenito e, agora tocou num assunto que nos diz respeito muito de perto. Vossa Excelência citou que a Cocamar está já na sua fase de investimento para a primeira fábrica de suco de cítricos...

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Um consórcio, Deputado, COCAMAR, Governo do Estado e uma empresa americana.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Então, eu queria chamar a atenção também, a atenção de Vossa Excelência, porque a COROL, a Cooperativa com sede na cidade de Rolândia tem o mesmo programa, mas está encontrando dificuldades imensas para obter um financiamento; já investiu cerca de vinte milhões de dólares e agora não está podendo obter repasses do BNDES porque estamos com toda a estrutura trancada de investimentos no Paraná. Queria alertar então a Vossa Excelência de que existe uma grande preocupação não somente dos dirigentes da COROL em Rolândia, mas também dos seus associados e de toda a região do Norte do Paraná, que vêm nesta iniciativa também um novo tipo de cultura para participar do processo agroindustrial do Paraná. Esta preocupação nossa é muito grande e os dirigentes da COROL têm mantido contatos permanentes não só com o Secretário da Agricultura, mas pedindo agora a interferência do Banestado para que o financiamento venha para a COROL e que aquele seu programa tenha conclusão. É um adiantamento ao pronunciamento de Vossa Excelência, muito brilhante, e que está a merecer a nossa inteira solidariedade.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Agradeço o aparte do Ilustre Deputado Colombino Grassano que enriquece esse modesto pronunciamento nosso, que teve se não outro objetivo de não deixar passar em brancas nuvens fato de tamanha repercussão para a nossa econo-

mia. Quando Vossa Excelência lembra que há Projeto indêntico por parte da Cooperativa de Rolândia na exploração da citricultura e a industrialização também na cidade de Rolândia, encontrando certamente entraves por falta de recursos, que me parece e disse Vossa Excelência a cerca do BNDES, que deve ter algum vínculo sem dúvida alguma com a extinção do BRDE, e do BADEP, e que segundo declaração do Doutor Roberto do Banestado, da futura carteira de investimento à indústria e à pecuária, agricultura do Paraná, já o Paraná está ultimando entendimentos com o BNDES, quero desejar à cooperativa de Rolândia, que Vossa Excelência lembra muito bem, em sua vizinha cidade, tenha a exemplo de Paranavaí também uma solução no sentido de que o Paraná passe, a exemplo de São Paulo, o plantio de largas áreas de citricultura e que nós possamos explorar o suco e exportar para outros Países. Também penso desta forma e que coincide justamente nesta oportunidade, nesse programa que Vossa Excelência entende muito bem, da necessidade de recuperação das nossas pastagens. E agora, presentemente, onde o Paraná vive, além de outras regiões do Brasil, esta estiagem prolongada, os pecuaristas, quase todos, com algumas exceções, protegem-se, têm orientação, têm assistência no sentido de que o seu rebanho não seja sacrificado.

O Sr. Paulo Maia - Vossa Excelência me permite um aparte?

Eu me solidarizo também com o pronunciamento de Vossa Excelência quando demonstra uma preocupação pelo arenito caiua. Nós também somos oriundos daquela região e temos certeza que no Estado do Paraná, deve ser uma das regiões que tem apresentado o maior êxodo rural de todo o Estado. E eu creio que essa iniciativa do Governo do Estado nesse sentido, objetivando, não só pela citricultura mas agora com esse programa também de recuperação do solo do arenito caiua, nós teremos condições, inclusive, de voltarmos os nossos olhares para uma das regiões mais sofridas deste Estado. E nós temos assistido essa manifestação frequente de dificuldade de prefeitos municipais, da saída de pessoal daquela região, infelizmente, tem sido muito pouco atendida.

Eu creio que Vossa Excelência registra, num momento bastante oportuno, esta preocupação do Governo do Estado com relação a esta região do arenito caiua que de fato merece, porque é uma das desbravadoras deste Estado, e merece, de fato, uma atenção melhor voltada por parte do Governo do Estado, por parte do Governo Federal para que lá, também, permaneça o povo que acredita naquela região, retomando com isso as forças que a região precisa, de fa-

to, para ter a representatividade que sempre teve. E ter aquelas cidades lá da região do arenito caiúá, consolidado, em seu objetivo de desenvolvimento, através da citricultura, através da recuperação de pastagens e quiçá, possamos ter, inclusive novos programas através desses, que fortaleçam aquela região tão nobre deste Estado.

Parabéns a Vossa Excelência, obrigado.

O SR. BASTILIO ZANUSSO - Deputado Paulo Maia, Vossa Excelência que tem inclusive familiares na Cidade de São João do Caióá bem próximo de Paranavaí, conhece a realidade do arenito do caiúá perfeitamente bem. Nós não temos grandes alternativas. A nossa região não é produtora de grãos, as nossas terras arenosas não podem estar sendo resolvidas a cada 3,4 meses. Então nós tínhamos as matas que se transformaram em cafeicultura e a cafeicultura, no seu declínio, surgiu, com ela, as grandes pastagens. E em alguns municípios, como Nova Esperança, nós temos a criação do bicho da seda, Alto Paraná, cerca de 7,8 ou 10 municípios, no máximo, cultura essa que está indo para a região oeste já. Mas nós da região de areia não temos grandes alternativas: ou teremos pastagens, cana-de-açúcar e aqui ou acolá alguma cultura de milho. Com exceção das margens dos rios Paraná, Paranapanema, Pirapó, Bandeirantes e Ivaí que são terras férteis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Amigos estudantes que aqui estão.

Talvez alguns Deputados não tenham refletido a importância do projeto do nosso amigo e companheiro Algaci Túlio, pessoa preocupada com os idosos. E eu, como recém saí da universidade, vejo a necessidade desse projeto ser votado, entrar como lei e funcionar junto a essas galerias, junto às universidades, junto às escolas, junto aos colégios. Sendo universitário, senti, na maioria dos meus colegas, vendo a possibilidade de aprender muito com a cultura, a possibilidade de aprender no seu curso, alguma coisa ligada a espetáculos, a teatros e até esportes. Porque o projeto do Deputado Algaci Túlio trará benefícios na área do esporte, na área de cultura, na área de teatro em geral.

Vocês jovens que aqui estão, aproveitem deste pequeno, mas, válido Projeto, que vai trazer, além de benefício direto a toda população, vai trazer o incentivo da permanência da cultura em nosso Estado e

vocês que talvez detêm a possibilidade de tornar a cultura uma coisa de passe, uma coisa que o jovem não valoriza hoje, que o jovem talvez vá ao cinema, mas não veja a possibilidade de aproveitar alguma coisa que esse filme, que essa peça de teatro tente levar as suas vidas. Aproveite no esporte, participando das competições, aproveitem, talvez até, participando como atores após ver a possibilidade de ter algum talento dentro da sua carreira.

Parabenizo o Deputado Algaci, talvez na sua emenda que vai colocar hoje, como Substitutivo Geral, levando ao terceiro grau, porque são nada menos que quase dois milhões de estudantes do Paraná. Dois milhões que serão beneficiados com essa lei, talvez mais ainda com o Substitutivo, passando aos 65 anos, isto o Deputado Algaci tem como sensibilidade e eu como jovem não poderia deixar passar sem falar sobre isso, porque senti e vi em meus colegas a dificuldade de comparecer e desfrutar o que poucos hoje fazem, saber o que a cultura tem para ensinar e talvez aprender coisas que no futuro vocês ensinarão.

Parabéns Deputado Algaci Túlio e parabéns aos jovens que serão beneficiados com essa lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores presentes.

O caos que se instala no nosso País a partir do Governo Collor, nos deixa profundamente preocupados.

Os planos fracassados, a recessão, o desemprego, a diminuição em quase 5% da produção interna bruta do País, a pregação de altos escalões do governo de que ainda precisa dois anos ou mais de crescimento zero ou negativo para que o País possa retomar o crescimento, nos trazem muita preocupação.

Além disto, fala-se na famosa corrupção que se instalou no País descaradamente após a instalação do governo do Brasil Novo.

A cada dia que viramos o botão da nossa televisão ou ligamos o rádio ou lemos os jornais, as notícias de corrupção são diárias e nos assustam. Se lembrarmos de que as corrupções do INSS tomaram conta do País por muito tempo. As corrupções na LBA onde a primeira dama comandava, trouxe assustadoramente a população brasileira os dados de como se faz a corrupção neste Governo.

As empreiteiras, construtoras de obras

públicas, há até denúncias ainda em investigação de que se exige caixinhas até no Banco do Brasil para liberar financiamentos.

A corrupção na área de habitação popular envolvendo construtoras empreiteiras, nos deixam pasmados e é chegando na área da habitação que eu quero me deter por alguns minutos para trazer uma denúncia a esta Casa de Leis e à população do Paraná. A Caixa Econômica Federal através da sua Circular Normativa nº 132/90 define um programa, um plano de ação imediata para habitação no país após o Governo Collor assumir o Governo. Essa Circular diz em um dos seus artigos, de seus itens, que coordenados pelo Ministério da Ação Social, por intermédio da Secretaria Nacional de Habitação, agentes promotores poderão participar, se credenciar junto a Caixa Econômica Federal para executar construções, executarem projetos de habitação popular em nosso País. Quem pode se credenciar para tal? As Companhias de Habitação, COHABs, entidades associativas comunitárias legalmente constituídas, além de cooperativas habitacionais que poderão se credenciar para tais empreendimentos.

Quando essa Circular abre a possibilidade de cooperativas habitacionais se credenciarem para executarem projetos de habitação popular, define também que as cooperativas terão por objetivo proporcionar exclusivamente aos seus associados a construção e aquisição de casa própria, a preço de custo.

Portanto, a legislação permite que um grupo de mutuários de qualquer município deste País poderá fundar uma cooperativa habitacional de mutuários e assim intermediar a obra, os recursos junto à Caixa Econômica, via essa cooperativa, barateando assim os custos da habitação ao mutuário.

Muito bem pensado o referido projeto, a referida ideia. O que ocorre por trás disso? A fraude que ocorre por trás dessa legalidade é que queremos trazer a este Plenário nesta data. Cooperativas fantasmas estão sendo criadas pelo país afora e inclusive no Paraná com o objetivo de intermediar os referidos projetos e o que é pior, quem promove a criação das referidas cooperativas.

Há uma denúncia de um jornal informativo de um município do interior do Estado que diz o seguinte, após uma denúncia que eu vou relatar na sequência, diz o seguinte o informativo: Sabe-se ainda que existe o dedo do Ministro Alceni Guerra nesse "chuncho", e que seu irmão, Deputado Federal, possui um escritório em Curitiba só para tratar de formação de cooperativas e liberação de recursos, esta denúncia neste informativo trouxe aos membros do Diretório

e do Partido Municipal dos Trabalhadores em Dois Vizinhos e ameaça de um processo pelo Prefeito Municipal que está envolvido ou que está dentro de um desses programas das referidas cooperativas e que nós queremos relatar neste Plenário. O que ocorre, empreiteiras, empreiteiras formam cooperativas enquadradas nesta Circular da Caixa Econômica para intermediar os negócios com o Ministério da Ação Social, Caixa Econômica e companhia limitada e intermediar junto às prefeituras a construção de núcleos habitacionais.

Eu quero denunciar um caso concreto, que tenho toda a documentação para provar e que estarei enviando ao Tribunal de Contas solicitação de informações neste sentido.

A Cooperativa Habitacional, chamada COHAFRONTEIRA, da Cidade de Medianeira, no Oeste do Paraná, a qual possui uma ata de uma assembleia da referida cooperativa, que diz que a Cooperativa é limitada aos municípios de Foz do Iguaçu, Medianeira, Missal, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu, com 1.250 e tantos associados, que realiza assembleias para discutir projetos e programas de habitação num luxuoso hotel de 4 estrelas de Foz do Iguaçu. E coincidentemente a Diretoria da referida Cooperativa, chamada COHAFRONTEIRA, são proprietários da Construtora Telhado, uma empresa construtora de obras no município de Medianeira, na Região Oeste do Estado do Paraná.

Um fato concreto, Senhores Deputados: a referida "cooperativa" (aspas do autor), ou melhor, empreiteira chega no Município de Dois Vizinhos e faz um contato com o Prefeito Municipal e com lideranças da comunidade, dizendo o seguinte: "nós temos a liberação de 120 casas populares, o projeto está aqui, e nós queremos negociar com o Município para que essas casas sejam construídas aqui. Só que para que as casas venham para o município nós queremos dois alqueires de terra e toda a infra-estrutura para a construção das referidas 120 casas populares, de um tamanho "enorme" de 27 metros quadrados, que o trabalhador, coitado, conforme o tamanho, talvez ficará com as pernas de fora quando for deitar na sua cama.

O Prefeito encaminha para a Câmara de Vereadores, os Vereadores analisam e constatam a referida "maracutaia", e o Prefeito quer, pressiona pela aprovação do Projeto para a compra da área que, após muita discussão, a Câmara aprova, e através de lei, é doada à referida empreiteira, ou melhor, à referida cooperativa.

A nossa denúncia se dá da seguinte forma: levantamentos realizados no município em questão dão conta de que o orçamento de uma casa popular, nesse estilo de 27

metros quadrados, custava na época aproximadamente, há alguns meses passados, 800 mil cruzeiros. O custo que a empreiteira coloca no projeto é de aproximadamente 1 milhão e 250 mil cruzeiros. Com o plano de pagamento do financiamento por 25 anos, com uma prestação inicial de 10 mil cruzeiros, o que importaria, se se atualizassem os 25 anos de prestação, num custo de 3 milhões de cruzeiros a referida habitação popular.

O que nos leva a fazer essa denúncia, Senhor Presidente, Senhores Deputados: a corrupção que se instala neste País e que a cada dia vimos nos meios de comunicação, está aqui mais uma denúncia de que ao invés de o Governo Federal, através dos seus órgãos, que a Caixa Econômica nada mais faz do que administrar o dinheiro do povo trabalhador que recolhe o seu Fundo de Garantia para ter os projetos de habitação popular, ao invés de estes órgãos fazerem os referentes projetos, de uma forma que a população vai participar e que a própria instrução normativa, o próprio documento da Caixa Econômica permite que a Prefeitura dos Municípios poderá constituir uma cooperativa, ou os próprios mutuários poderão entre si constituir uma cooperativa, o que se faz?

Criam-se órgãos e órgãos do próprio governo, orientam conluiados com as empreiteiras, constituem as cooperativas, liberam os projetos populares para a cooperativa, para a "cooperativa" ir barganhar com os municípios e eu diria, roubar o dinheiro do povo dos municípios, porque quando Dois Vizinhos, o prefeito e a Câmara aprovam a doação de um terreno de um custo aproximado de quase seis milhões de cruzeiros, tirando o dinheiro dos cofres públicos municipais, além de toda a infraestrutura que a prefeitura vai doar para a construção do núcleo habitacional, a cooperativa vai vender aquilo que ganhou, aos mutuários, totalmente contrário ao que diz a lei, ao que diz a norma da Caixa Econômica e do Ministério da Ação Social, que ao invés de baratear a habitação popular vai onerar os cofres públicos, tirar dinheiro da população que poderia ser aplicado na educação, na saúde, no setor rodoviário, nas prefeituras, mas que muitos prefeitos, pensando, alguns talvez, e são as inúmeras denúncias e informações que estão se fazendo no Paraná, provavelmente atrás da negociata com o prefeito, tem algo no ar, mas as prefeituras tiram o dinheiro dos cofres públicos para doar à empreiteira, à suposta cooperativa que não é nada mais do que uma empreiteira, e que vai ainda fazer os projetos como este exemplo concreto de quase 50% acima do custo da casa popular, para pegar esse dinheiro da Caixa Econômica, além de ganhar

o terreno e vender para o usuário, encarecendo a habitação popular, diante de uma crise que o País passa na área de habitação popular.

Esta denúncia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é um dos "cheiros" de maracutaia que envolvem este governo e que numa matéria a jornalista Débora, no jornal "Correio do Sudoeste" do dia 21, traz a mesma denúncia em que no Rio Grande do Sul, o Tribunal de Contas está considerando lesiva ao interesse público, a doação de algumas prefeituras de áreas e infraestrutura a empreiteiras em troca de projetos de habitação popular, caso idêntico a esse que estou aqui denunciando e que muitos estão ocorrendo aqui no Paraná e, segundo a jornalista, diz o seguinte: "Este tipo de negócio em que as prefeituras agem em conluio com grandes empreiteiras, tem gosto, cheiro e jeito de maracutaia".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estamos entregando ao Tribunal de Contas do Paraná, cópias deste processo, solicitando do Tribunal de Contas um parecer neste tipo de maracutaia, de trambique que está se fazendo por meio de órgãos do governo na questão da moradia em nosso País.

Por isso que provavelmente, hoje existem aqui em Curitiba, mais de 30 mil famílias acampadas em barracos de lona ocupando os latifúndios urbanos em busca de se livrar de um aluguel e em busca de se livrar de exploração, em busca de se livrar da fome porque terão que gastar o seu dinheiro, o seu salário em aluguel ao invés de comprar comida e estas maracutaias são feitas dentro dos órgãos governamentais.

Por que não se fazem projetos para os municípios? Por que não se orientam os municípios a construir as suas cooperativas? Por que não se liberam as casas diretamente às organizações dos mutuários e se libera a uma empreiteira para chegar a um prefeito com o poder de barganha e com o "déficit" habitacional do município em negociar e talvez de má fé se o prefeito não estiver no conluio, encurralar o prefeito na parede, como fizeram em várias prefeituras do Sudoeste.

E eu tenho informações de dizer: "olha, está aqui o projeto. Você nos dá tais e tais benefícios ou nós vamos procurar outro município". Este tipo de safadeza, de trambique, de roubo não se pode admitir neste País, onde o "déficit" habitacional está no desespero. As famílias estão desesperadas à procura de um viaduto, de uma ponte, de uma lona, de uma beira de estrada para poderem acampar aí e poder sobreviver.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, queremos que o Tribunal de Contas de Paraná faça análise deste caso, destas situações e que se tomem providências. Isto não

er prejuízo porque os municípios terão o direito de receber aquilo que o povo recolhe de impostos em troca de benefícios como a habitação popular; mas não desta forma sacana, malfadada, nefasta que estes conluíus de empreiteiras conluídas também com instituições, com pessoas dentro do Governo fazem para trazer habitações populares aos nosso municípios.

Concedo aparte ao Deputado Dobrandino da Silva.

O Sr. Dobrandino da Silva - Nobre Deputado

Ovídio Constantino, o Senhor traz uma denúncia séria a esta Casa. O Governador do Estado já denunciou, inclusive há poucos dias atrás, essa maracutaia. Só para enriquecer o seu pronunciamento, essa denúncia saiu nos jornais de Foz do Iguaçu há dias atrás, há cerca de 60 dias atrás, e eu encaminhei esta denúncia através de um requerimento ao Ministério de Ação Social em Brasília.

E para surpresa nossa, nobre Deputado, qual foi a pena para esta Cooperativa da minha cidade, saíram nos últimos dias financiamento de 10 bilhões de cruzeiros para com a fronteira de Foz do Iguaçu. E o que é pior, a corrupção lá com a fronteira é pública e notória. E dobrou agora porque se soma com um dos prefeitos mais corruptos do Paraná, que é da minha cidade de Foz do Iguaçu e que, infelizmente, tive o desprazer de ajudar a elegê-lo.

O mesmo está hoje sob auditoria do Tribunal de Contas. Então a corrupção lá, está muito grave, o prefeito, nobre Deputado, comprou áreas com valores altíssimos. E realmente está doando. Uma doação, parece-me, para fronteira, para aumentar a corrupção em cima das pessoas desesperadas que não têm onde morar.

E para se ter uma ideia, Senhores Deputados, Senhor Presidente, o projeto é de, por exemplo, 30 metros quadrados da casa, eles diminuem a altura e as pessoas desesperadas acabam se submetendo a este tipo de trambique que é realmente este com a fronteira, a de Medianeira. Só sai dinheiro por eles. E, agora, como disse com mais um corrupto que é o Prefeito de Foz do Iguaçu.

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Agradeço o aparte do nobre Deputado que vem a nos ajudar trazer dados destes trambiques.

Quero concluir dizendo o seguinte: em uma Ata da referida Cooperativa consta que a Cooperativa é composta de mais de 1.200 associados e realiza uma assembleia com meia dúzia de associados em um luxuoso hotel.

Aqui está a prova de que isto é um trambique. Prova que também deverá estar o

dedinho de alguém, de algum cola fina, de alguém do colarinho branco de dentro do Governo conluído neste trambique, porque enquanto os Prefeitos reivindicam, brigam exigem projetos de habitação popular para os seus Municípios e não conseguem a Cooperativa consegue a liberação de Projetos Habitacionais e chega com este poder de barganha para negociar com os Prefeitos quem dá mais, quem dá mais, para que a Cooperativa possa construir naquele Município.

Então é realmente uma questão de polícia, uma questão de polícia Federal, porque não é só um caso deste. Nós temos um caso que nós estamos denunciando. Nós sabemos que no Paraná inteiro ocorre esse tipo de denúncia.

Para concluir Senhor Presidente, nós estaremos encaminhando como já disse ao Tribunal de Contas e levaremos adiante as denúncias, para que se punam os responsáveis e que além do Tribunal de Contas do Estado, a polícia Federal investigue e coloque os corruptos, os colarinhos brancos envolvidos nessas corrupções na cadeia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças. Consulto à Liderança do PL.

(Declina).

Consulto à Liderança do PDT.

(Declina).

Consulto à Liderança do PSDB.

(Declina).

Consulto à Liderança do PMDB.

(Declina).

Consulto à Liderança do PTB.

Concedo à palavra ao Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo a tribuna no dia de hoje, para fazer a defesa de um requerimento que está à Mesa, concernente a um dos assuntos importantes de minha região.

Lá na fronteira Sudoeste do Paraná, quase na divisa com a Argentina, o Município de Capanema, que se viu castrado de sua maior pretensão há cinco anos passados, era a construção da Estrada do Colono que corta o Parque Nacional do Iguaçu.

O povo de Capanema espera calmamente a decisão da Justiça. O povo de Capanema está praticamente em desespero; em desespero em razão de uma das obras que significava a redenção econômica do seu município e daquela gente, uma vez que o Município de Capanema está praticamente alijado neste instante do processo de desenvolvimento do Sudoeste do Paraná e do Estado, porque a sua população está sem acesso para deslocar-se em direção a Mato Grosso

do Sul e do Norte e porque não dizer do resto do Brasil.

Está em final de linha, entre Capanema e Oeste do Paraná, passa o Rio Iguaçu. De lá, não pode se deslocar para outras regiões, o povo daquela região.

Este Plenário com certeza no passado, já ouviu inúmeros pronunciamentos com relação a esse tão importante tema e tão importante obra daquele, para aquele município. Cinco anos se passaram e o povo daquela região incansavelmente trabalhou na companhia dos Prefeitos, dos Vereadores das mais diversas lideranças significativas daquela região, com o objetivo de fazer com que as autoridades governamentais, tanto a nível de Estado, como de Governo Federal, se sensibilizassem e acima de tudo de Justiça para decidir esta questão que está "sub judice".

Mas, infelizmente, até o presente momento, não vemos uma reação favorável com relação a uma decisão que possa contemplar a minha gente do Sudoeste do Paraná e de forma especial a região de Capanema com o grande sonho que é a sua obra e que significa a redenção econômica daquele município, que é a construção da Estrada do Colono!

Mas, se este sonho não foi possível acalantar, se este sonho não foi possível tornar-se realidade, neste momento, um outro sonho palpita e passa pela cabeça da gente que reside naquele município.

Mas, mais uma vez, a população de Capanema foi falsamente enganada pelas autoridades governamentais do Estado, quando, no desespero do pleito eleitoral, um líder político daquela região, ia até o Município de Capanema, e prometia àquela população que uma outra obra, um outro trecho asfáltico, que liga Capanema ao Município de Marmelândia, tornar-se-ia realidade, se o Governo do Estado ganhasse o pleito naquele Município.

Assinaram em palanque público a licitação da estrada Capanema-Marmelândia. Alimentaram falsas expectativas à população de Capanema! Se não bastasse a frustração daquele povo com o fechamento da Estrada do Colono, mais uma vez viram as suas esperanças caírem por terra!

Assinaram a licitação em praça pública, mas, me parece que num ato orquestrado pela própria equipe, aquela licitação recebeu, por parte da firma que foi derrotada no processo licitatório, recebeu por parte dela uma ação judicial, contestando a decisão do Governo, naquela oportunidade, e o caso está "sub judice", na Justiça.

Mas, o que me leva neste momento a fazer este pronunciamento, nesta Casa, é para reafirmar a nossa posição, neste momento, de que se não bastasse a enganação,

por parte dos políticos, naquela oportunidade que ostentavam o poder com relação àquela obra, mais uma vez, quando da interiorização do Governo, aconteceu no Município de Barracão. Desesperadamente, a população de Capanema, os Prefeitos da região de fronteira e Veradores, foram ter um contato com o Governador e o Chefe da Casa Civil, e afirmavam, taxativamente, que aquele processo de licitação seria tornado sem efeito e um novo processo seria aberto e que a população poderia ir para a sua região satisfeita de que a obra iria reiniciar, imediatamente.

Três meses se passaram e não vi em nenhum momento, até este instante, a manifestação do Governo do Estado e nem do seu Líder, que naquela região reside, buscando uma solução para este impasse.

Por isso, colegas Parlamentares, faço, neste instante este pronunciamento, para que todos os nobres Parlamentares somem-se ao desejo daquela região de Capanema, de também poder tornar-se uma região que possa acalantar o sonho de se integrar ao resto do País, através de sua rodovia!

Conheço perfeitamente o desejo daquela gente, e o nobre Parlamentar, que nesta Casa comigo também atua, Dobrandino, conhece aquela realidade. Gostaria que o nosso requerimento fosse aprovado, mas que o Líder do Governo, nesta Casa, levasse para o Governador a nossa preocupação, o desespero daquela região, o sonho que deve ser acalentado em definitivo, que esta obra possa realmente ter o seu início, que a Justiça não decida, pelo menos o Governo do Estado demonstre o interesse de intermediar junto à Justiça para fazermos com que se tenha uma solução conciliatória o mais breve possível.

É isto que eu gostaria de deixar registrado nesta oportunidade nesta Casa, porque senão temos a certeza de que dentro do espírito de hoje, se proponha ao Senhor Governador do Estado de não desenvolver nenhuma obra no setor rodoviário do Paraná, possa mais uma vez o Município de Capanema cair no ostracismo e ficar mais uma vez no anonimato e esquecido por aqueles que, em palanque, prometeram a obra, mas que infelizmente até o momento não tiveram a honradez para cumprir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PRN, Deputado Bezerra.

PSDB.

(Declina).

PT.

Com a palavra o Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No dia de ontem a imprensa divulgou notícias a respeito do uso de menores na Empresa de Correios e Telégrafos. Tais denúncias foram formuladas pelo Sindicato dos Trabalhadores daquela empresa. Nós, do Partido dos Trabalhadores, ao notarmos o uso indevido no trabalho de menores de idade, não podemos nos calar.

A realidade hoje da criança e do adolescente no nosso País é uma das piores realidades dos últimos anos. De um total de cinquenta e sete milhões de adolescentes, vinte e quatro deles vivem em famílias em que ganham por mês no máximo meio salário mínimo; desses menores grande parte deles trabalham e alguns nada recebem de salário para trabalharem, uma vez que ajudam o pai, ou trabalham em troca da comida. Dois terços desses menores trabalham por cerca de 20% do salário mínimo e alguns, uma grande minoria percebem até um salário mínimo por mês. Essa grande minoria que recebe um salário mínimo muitas vezes são vítimas de empresas e de maus patrões que os contratam e os exploram.

Aqui no Estado do Paraná existem empresas que sob o pretexto de ajudar o trabalhador menor, sob o pretexto de ajudar o adolescente, trabalham simplesmente com eles e, esse é o caso que nós podemos dizer da empresa FAMA; essa empresa, podemos dizer que entre aspas faz um verdadeiro tráfico dos menores, assinando contratos com empresas, nos quais elas recebem duas ou três vezes superior ao salário mínimo e depois pagam a esses menores simplesmente um salário mínimo.

A Empresa de Correios e Telégrafos do Paraná, tendo vagas para contratações de trabalhadores, de funcionários, ao contrário de fazer um concurso público e contratar trabalhador adulto, fez contrato com a Fama e colocou no local menores ganhando um salário mínimo. Os menores podem trabalhar, e isso diz o código de defesa deles, mas existem leis que devem ser cumpridas e essas leis não estão sendo cumpridas. Paga-se um salário de miséria, são submetidos a ritmos de trabalhos incompatíveis com a sua idade e conforme foi veiculado na imprensa ontem, por fotografia, carregando peso superior ao que é permitido pela estrutura óssea desses adolescentes, trazendo problemas sérios de saúde, provavelmente, a todos eles. Não bastasse o trabalho inadequado, não bastasse o peso elevado que tem de carregar, denuncia aquele Sindicato e a imprensa, de que ainda são vítimas de aliciamentos sexuais por parte do chefe daquele órgão. Um dos chefes que, não satisfeito, diz, um informativo, em tentar persuadir adultos para suas necessidades sexuais, o fez com os menores que lá entraram para trabalhar.

A Empresa de Correios e Telégrafos que

outrora prestou um bom serviço à comunidade e à sociedade brasileira, tem deteriorado na qualidade desse serviço, justamente, por não contratar técnicos e trabalhadores adequados e fazendo a contratação de menores.

Em função dessa denúncia, que, vem frontalmente contra a dignidade humana e frontalmente ferindo o Estatuto do Menor e do Adolescente, nós, do Partido dos Trabalhadores, apresentamos um requerimento propondo a formação de uma comissão de 5 parlamentares, para obter uma audiência junto à Direção da Empresa de Correios e Telégrafos e lá, constatar, a realidade dessa denúncia, porque ela é muito séria, vindo a ferir os direitos desses trabalhadores e principalmente o direito desses menores.

Pela ordem, vou conceder aparte primeiro ao Deputado Colombino.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Deputado, eu conheço o Diretor Regional dos Correios e Telégrafos do Paraná - Dr. José Roberto de Santana Moraes. É um homem de bem, um homem sério, um homem responsável. Está realizando um grande trabalho aqui, na sua região, como Diretor. Ele assinou um convênio com a FAMA - Fundação de Assistência ao Menor Aprendiz, onde 50% dos jovens de 16 e 18 anos deverão ser aproveitados como filhos dos que trabalham nos Correios e Telégrafos. Todos eles recebem um salário mínimo, trabalham perto de casa, estão sendo acompanhados na sua escolaridade, recebem o 13º salário mínimo, têm férias e recolhem o FGTS.

O importante, Senhor Deputado, é que esses menores de 16 a 18 anos que já não são mais menores, porque hoje a nossa legislação permite que o menor de 16 anos vote, está em tramitação no Congresso Nacional uma medida, para que, possa também, ser habilitado como motorista aquele que completar 16 anos. E hoje, 16 a 18 anos, deve participar na própria renda familiar diante das dificuldades porque passa o nosso País.

Nessas condições, eu que conheço muito bem o comportamento, a seriedade e o senso profissional do Sr. Diretor Regional dos Correios e Telégrafos, eu até estou solidário com Vossa Excelência, para que não apenas se faça uma comissão para visitar o Diretor Regional dos Correios e Telégrafos, mas convoque, o convide para vir à Assembleia do Paraná, para prestar as informações que Vossa Excelência e esta Casa desejar.

E assim nós teremos a oportunidade, de, num debate amplo e numa exposição séria, sentirmos de fato o que se passa com essa contratação de menores pelos Correios e Telégrafos aqui na nossa Capital.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. ERNANI PUDELL - Deputado Rosinha, a longa militância na Justiça do Trabalho me ensinou a analisar esse tipo de contratação com senso crítico. Fica evidente pelas informações por nós recebidas de que a contratação desses menores sob o pretexto de permitir o aprendizado a uma profissão a juventude na verdade se revela uma forma de embuste e de fraude de que visa sobretudo desobrigar a empresa contratante de pagar o piso profissional à categoria. No lugar de cada um desses menores está em falta o emprego a um pai de família que deveria receber um piso de no mínimo noventa e dois mil cruzeiros, segundo o próprio sindicato.

Quer dizer, a cada emprego desses menores, se retira o emprego de um pai de família e talvez outros tantos menores fiquem ao desabrigo.

Agora o que é mais grave é a intermediação da mão-de-obra que está sendo praticado desavergonhadamente neste País inclusive por órgãos públicos que se constitui na atividade de aluguel de mão-de-obra, atividade essa condenada a nível internacional pela Organização Internacional do Trabalho e nós deveremos ter uma ação muito rigorosa, inclusive por parte do Ministério Público.

Não é possível que a Empresa Correios e Telégrafos repasse um valor muito superior a empresa e o trabalhador, o menor sob o pretexto de estar recebendo aprendizado esteja sendo explorado e recebendo um salário muito aquém dos valores que a empresa Fama recebe.

Nesse sentido nós entendemos que essa denúncia é de extrema gravidade e deve ser apurada com o máximo rigor.

E cabe a este Poder Legislativo, que tem inclusive como função constitucional a proteção aos direitos humanos e em especial da juventude brasileira, impedir que a exploração da mão-de-obra já hedionda seja praticada inclusive contra menores que é um agravante muito sério.

Muito obrigado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Em função da denúncia veiculada na imprensa divulgada pelo sindicato. Em função de que envolve menores na questão e diz respeito aos direitos humanos é que nós do PT propomos essa comissão para ir visitar a empresa de Correios e Telégrafos e lá em audiência com o Diretor daquela empresa possamos debater esse ponto e ainda em nome do PT, se essa comissão for aprovada nós gostaríamos de ver convidado a direção do sindicato para fazer parte dessa reunião junto ao diretor da Empresa de Correios e Telégra-

fos e queremos contar com o apoio dos Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que institui pagamento diferenciado para acesso de estudantes em estabelecimentos que realizem espetáculos e atividades que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E. Com EMENDA da C.C.J., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 51, de 13.05.91).

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 02 (duas), de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 173/91

Art. 1º - Fica assegurado o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, ao estudante regularmente matriculado em estabelecimento de ensino público ou particular, de 1º, 2º e 3º graus no Estado do Paraná, na conformidade da presente Lei.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, considerar-se-á como casa de diversões os estabelecimentos que realizem espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais, recreativas, culturais, esportivas e quaisquer outras que proporcionem lazer, cultura e entretenimento.

§ 2º - Serão beneficiados por esta Lei os estudantes regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino público ou particular, de 1º, 2º e 3º graus, cujo funcionamento esteja devidamente autorizado pelo órgão público competente.

Art. 2º - Para usufruir do benefício, o estudante deverá comprovar a condição referida no artigo anterior, através de identidade autenticada pela direção do respectivo estabelecimento de ensino e expedida pela União Brasileira de Estudantes de 1º e 2º graus, UBES, e União Nacional dos Estudantes, UNE, para os estudantes de 3º grau.

Parágrafo Único - As identidades, válidas em todo o território do Paraná, somente perderão a validade após a expedição das novas carteiras, independentemente do ano letivo.

Art. 3º - Caberá às Prefeituras Municipais, através dos órgãos responsáveis pela cultura, esporte, lazer e defesa do consumidor a fiscalização do cumprimento desta Lei, autuando os estabelecimentos que a descumprirem, cominando-lhes sanções administrativas cabíveis, inclusive, a suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.09.91

(a) ALGACI TÚLIO.

Apoio: Orlando Pessuti, Erondy Silvério, Rossoni, Tadeu Lúcio Machado, Costenaro Neto, Paulo Maia, Emília Belinati e Colombino Grassano.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem o fim de atender às sugestões da Douta Comissão de Constituição e Justiça deste Poder, devidamente justificadas nos Pareceres anexos ao Projeto de Lei nº 173/91, bem como de incluir, como beneficiários do direito da meia entrada os estudantes de 3º grau, universitários paranaenses.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 02

Inclua-se, onde couber:

Art. ... - O benefício de que trata esta Lei é extensivo aos maiores de sessenta e cinco anos, residentes e domiciliados em território paranaense.

Parágrafo Único - Para o direito assegurado pelo "caput" deste artigo, o beneficiário deverá portar carteira de identidade comprovando a condição etária.

Sala das Sessões, em 25.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoio: Cleiton Kielse, José Alves, Severino Félix, Paulo Maia, Alceu Swarowski.

JUSTIFICATIVA:

Na Capital do Estado, a Prefeitura Municipal implantou, nos cinemas de sua propriedade, o benefício da gratuidade aos maiores de 65 anos, proporcionando a esse segmento da sociedade, que já trabalhou e contribui para o progresso social e econômico, a possibilidade de acesso ao lazer e à cultura.

Os resultados superaram as expectativas e representaram uma espécie de resgate do compromisso do Poder Público com a pessoa idosa, como obrigam as nossas Constituições. O Paraná tem sido pródigo na garantia de acesso dos idosos a diversos serviços. Eis que, agora, se apresenta a oportunidade de aproximar esse setor da sociedade de eventos culturais, artísticos, sociais e de lazer.

Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não vou discutir o projeto, porque ele já é do conhecimento de todos os Parlamentares e da própria classe estudantil presente aqui, mais uma vez na Assembleia. Mas é importante que se destaque que o projeto tem recebido deste plenário o apoio, já, na primeira discussão no dia de ontem, que votou pela unanimidade da sua aprovação e que hoje recebeu também os apoios do Deputado Paulo Maia, educador. Deputado Kielse Crisóstomo e, tenho certeza, dos demais Parlamentares, o mesmo necessita de pequenas correções sugeridas pela própria Comissão de Constituição e Justiça no seu parecer. Razão pela qual estamos entrando com esta emenda substitutiva geral:

"Institui pagamento diferenciado para acesso de estudantes em estabelecimentos que realizem espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais, recreativas, culturais, esportivas e quaisquer outras que proporcionem lazer, cultura e entretenimento.

Artigo 1º - Fica assegurado o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, ao estudante regularmente matriculado em estabelecimento de ensino público ou particular, de 1º, 2º e 3º graus, no Estado do Paraná, na conformidade da presente Lei.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, considerar-se-á como casa de diversões os estabelecimentos que realizem espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais, recreativas, culturais, esportivas e quaisquer outras que proporcionem lazer, cultura e entretenimento.

§ 2º - Serão beneficiados por esta Lei os estudantes regularmente matriculados em

estabelecimentos de ensino público ou particular, de 1º, 2º e 3º graus, cujo funcionamento esteja devidamente autorizado pelo órgão público competente.

Artigo 2º - Para usufruir do benefício, o estudante deverá comprovar a condição referida no artigo anterior, através de identidade autenticada pela direção do respectivo estabelecimento de ensino e expedida pela União Brasileira de Estudantes de 1º e 2º graus, UBES, e União Nacional dos Estudantes, UNE, para os estudantes de 3º grau.

Parágrafo Único - As identidades, válidas em todo o território do Paraná, somente perderão a validade após a expedição das novas carteiras, independentemente do ano letivo.

Artigo 3º - Caberá às Prefeituras Municipais, através dos órgãos responsáveis pela cultura, esporte, lazer e defesa do consumidor a fiscalização do cumprimento desta Lei, atuando os estabelecimentos que a descumprirem, cominando-lhes sanções administrativas cabíveis, inclusive, a suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento."

Esta emenda é apoiada pelos líderes de todos os partidos com assento nesta Casa.

Além do mais, estamos apresentando uma outra emenda que também procura estender estes benefícios aos acima de 65 anos de idade. Vejam que a nível de Curitiba os aposentados, acima de 65 anos já têm acesso aos cinemas, recebem uma série de benefícios, inclusive com projeto de nossa autoria, aqui nesta Casa, que isentou os acima de 65 anos de idade do pagamento de taxas para a retirada da nova carteira de identidade, que dava a sua identificação como maior de 65 anos.

Esta emenda que também estamos apresentando, hoje, procura levar o benefício aos maiores de 65 anos residentes e domiciliados em território paranaense.

Por outro lado, queremos esclarecer aos senhores estudantes, aos jovens que estão aqui neste momento, que evidentemente gostariam de ver o projeto sendo aprovado, hoje está em segunda discussão e já na segunda-feira teríamos o encerramento da discussão e aprovação do mesmo, que não se preocupem pelo fato de que o projeto não pode ser votado hoje. O Presidente vai anunciar na sequência que ele é retirado de votação nesta sessão para voltar à Comissão para que ela dê um parecer sobre as duas emendas. Já conversamos com o Deputado Colombino Grassano, que é o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que já se posicionou na condição de convocar a CCJ para amanhã, em caráter extraordinário, para receber as duas emendas, dar o parecer às duas emendas e, na segunda-feira, o projeto voltará ao Plenário, e à Or-

dem do Dia para a segunda discussão.

Sabemos que esta alteração traz um pouco de constrangimento aos estudantes porque gostariam de ver o projeto sendo votado hoje, em segunda discussão.

Mas vocês todos puderam sentir a sensibilidade dos Parlamentares que fazem parte desta Casa de que o projeto é meritório.

Já passou pelas comissões com pareceres favoráveis, já passou em primeira discussão com parecer favorável e tranquilamente, temos certeza disto, os Parlamentares na segunda-feira votarão favoráveis à segunda discussão, na terça-feira em terceira discussão, encerrando este projeto e tornando-o já aprovado, passando após para o Governo do Estado para que venha a sancionar esta lei.

Pedimos desculpas aos estudantes, mas é o Regimento da Casa que assim o exige e não podemos nos furtar ao Regimento.

São duas emendas que entram, consertando algumas falhas que havia no projeto original, a pedido da própria CCJ e uma segunda emenda que visa também estender benefícios aos maiores de 65 anos de idade.

Com isto o projeto sai da casa certo, e vai para o Governador que, temos certeza, a exemplo do que fez o Governador de Santa Catarina, apesar da pressão que ele sofreu dos produtores artísticos, acabou também garantindo e sancionando a lei que possibilita ao estudante catarinense o direito à meia entrada.

Queremos tranquilizá-los para que retornem às suas escolas, às suas casas. Na segunda-feira gostaríamos de tê-los aqui de volta. Quem sabe até juntamente com alguns idosos que virão aprovar esta emenda de nossa autoria e dos demais Deputados que também colocaram as assinaturas.

É muito importante destacar neste momento que a juventude está ocupando seu espaço, está presente à Casa de Leis. Talvez muitos jovens estão vindo pela primeira vez, não conheciam o funcionamento da Assembleia Legislativa, estão tendo uma visão muito pequena ainda porque o grande trabalho na Assembleia é nas comissões internas, por onde passam todos os projetos que entram na Casa. Deputados se reúnem pela manhã, se reúnem à tarde, muitas vezes até altas horas da noite, para discutir e analisar projeto por projeto. Então a presença de vocês aqui é para nós, Parlamentares, de suma importância, porque vocês vieram aqui também ao nosso tempo avaliar o trabalho da Assembleia, a posição dos Senhores Parlamentares, a preocupação que todos têm especialmente com a juventude.

Vejam que ontem o Congresso Nacional aprovou, por uma votação extraordinária, o

direito ao maior de dezesseis anos em dirigir automóvel, ter sua habilitação. Agora o projeto vai ao Senado, para receber a análise mais profunda e, conseqüentemente, a sua aprovação.

É a posição que os estudantes, que a juventude está tomando. Estão ocupando seus espaços e, acima de tudo, procurando valorizar a classe política.

É muito comum se ver em discussões e até em pesquisas, quando são feitas com alguns jovens: - o que você acha da classe política? O que você acha do político? Estes caras fazem alguma coisa? Não fazem? Ganham demais? Não ganham nada. Não é verdade isto! Esta distância do estudante para com os políticos é muito grave para o processo democrático do País. A vinda de vocês aqui, podem ter certeza, para nós é uma honra e um orgulho muito grande. Queremos tê-los aqui de volta na próxima segunda-feira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrada a discussão, o Projeto e as Emendas irão à Comissão de Justiça e retornará na segunda-feira.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 258/91, de autoria do Deputado SEVERINO FÉLIX PESSOA, que altera o artigo 1º da Lei n. 9.386, de 28.09.90, que criou "ad-referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Prado Ferreira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo. (Public. no DA. n. 73, de 20.06.91).

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 283/91, de autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, que dispõe sobre o atendimento prioritário, preferencial e especial das pessoas que menciona, em agências e postos bancários, estabelecimentos financeiros e similares, dando outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A.I.C. e C.E.C.E., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo. (Public. no DA. n. 79, de 27.06.91).

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 323/91, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Rodovia José Gonçalves D'Avila que liga os Municípios de São João do Ivaí a Godoy Moreira. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo. (Public. no DA. n. 94, de 12.08.91).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 054/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que modifica a Resolução n. 101 publicada no D.O.E. 3435 de 22.01.90, que

autoriza a realização do plebiscito no Distrito de Tamarana, a ser desmembrado do Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo. (Public. no D.A. n. 120, de 23.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER:

O presente projeto de resolução do nobre Deputado Orlando Pessuti objetiva alterar o artigo primeiro da resolução número 101/90, publicada no D.O.E. n. 3.435, de 22 de janeiro de 1990, autorizatória da realização de plebiscito no distrito de Tamarana, no município de Londrina, para que a população decida sobre a criação do município de Tamarana, (já criado através da lei n. 9.348, de 23.7.90 - ad referendum).

Objetiva o presente projeto apenas adequar as divisas da lei, que se encontram diferenciadas.

Sob o aspecto constitucional, não há óbice à aprovação do mesmo, pois visa justamente atender ao disposto pelo inciso II do parágrafo 1º do artigo 19 da Constituição Estadual, que é a consulta à população sobre a conveniência da sua criação, achando-se, ainda, em conformidade com a Lei Complementar n. 56, não subsistindo, portanto, inconveniente à sua aprovação por esta Comissão de Constituição e Justiça e a conseqüente tramitação no plenário deste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimentos de n.ºs 2483, 2477 e 2484, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constantes ao expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2475, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2474, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n.º 2496, de autoria dos Srs. Deputados Renato Adur, Orlando Pessuti, José Tavares e demais Srs. Deputados constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2481, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.º 2490, 2489, 2488, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio,

constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2487, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 2486, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2479, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2478, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2482, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zarusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2491, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2485, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. À Comissão Executiva.

Requerimentos de n°s 2493, 2492, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2494, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Deferido.

Requerimento de n° 2497, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Deferido logo após a Sessão Plenária.

Requerimento de n° 2495, de autoria dos Srs. Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente. Em discussão.

A Mesa não pode dar um sentido de aprovação a este Requerimento, mas não pode solicitar às Lideranças que indiquem os

cinco membros, que a 1ª Secretaria proporcionará condições para que o Sr. Diretor Geral receba esta Comissão.

Registro a presença do Prefeito de Piên, Laércio Bueno.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero informar a esta Casa sobre uma Emenda que foi apresentada no Congresso Nacional pelo Deputado José Lourenço, que visa a prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores de todo o País.

Sobre esta Emenda foi arguida a inconstitucionalidade pelo Deputado Alberto Goldman, sendo que o autor da proposta recorreu à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, solicitando a revisão e o encaminhamento desta Emenda a Plenário. Felizmente também informo a esta Casa que a Comissão de Constituição e Justiça entendeu que a proposta do Deputado José Lourenço é inconstitucional; e também informações vindas de Brasília chegam a classificar a atividade dos "lobistas" junto ao Congresso Nacional, visando a prorrogação dos mandatos como atividades de verdadeiros punquistas.

E é lamentável que o Brasil inteiro assista a organização, a arregimentação e a arrecadação de dinheiro de prefeitos e vereadores com o objetivo claro de subornar parlamentares na aprovação dessa proposta esdrúxula, que ataca frontalmente o próprio sistema democrático em nosso País.

Então, quero registrar aqui, com satisfação, que a Comissão de Constituição e Justiça do Congresso Nacional refutou essa proposta, e esperamos que o plenário, caso esta Emenda vá a plenário, também rejeite sequer a possibilidade desta entrar em discussão porque nós teremos abalada a credibilidade do sistema democrático em nosso País. E mais do que isso: aqueles que hoje dizem que o atual calendário eleitoral é muito custoso ao País, na verdade fazem uma confissão descarada de abuso do poder econômico e do abuso da máquina pública nas eleições.

É fundamental para que se preserve o princípio da representatividade em nosso País, para que se preserve efetivamente a democracia em nosso País, que coloquemos um fim ao abuso do poder econômico nas eleições, ao abuso da máquina pública nas eleições, que distorce o princípio da representatividade e compromete profundamente o sistema democrático.

Era isso o que nós tínhamos a informar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 26, à hora regimen-

tal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 054/91

1.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei ns. 175, 185, 264, 315, 326, 337, 383, 384 e 385/91

e do Projeto de Resolução n. 053/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 1991.

"A BÍBLIA"

autoridade do Senhor IRENO VICENTE

A Igreja Católica do Brasil celebra durante todo o mês de setembro, desde alguns anos, o mês da Bíblia.

São muitas as comunidades que se reúnem para alimentar a caminhada com a palavra de Deus. Trata-se de movimento eclesial da maior importância. Com a Bíblia, um mundo mais humano. É a palavra de ordem deste mês, ressaltando sempre o seu valor.

A Bíblia é a palavra de Deus, por isso, tudo o que está escrito nas Sagradas Escrituras é de suma importância para toda a humanidade. Está em primeiro lugar o ensinamento divino contido na Bíblia. Porém tudo mais que aparece nela assume importância única. Consequentemente, as gentes e os costumes bíblicos chamam a nossa atenção de um modo sério e reverente. Além disso, a leitura da Bíblia ajuda-nos a palpar o ambiente da vida terrena do Divino Salvador, propiciando-nos uma compreensão mais limpa da história bíblica. É na Bíblia que o cristão encontra a fórmula para viver uma vida bem humana e também para tornar o mundo mais humano. A palavra de Deus deve ser acolhida com docilidade e posta em prática com amor. Nada pode ser deixado fora, mas também nada deve ser acrescentado. Na Bíblia não se fala de retribuição em sentido propriamente jurídico como se tratasse de uma paga adequada. Esta aparece, sobretudo, como uma dádiva de Deus. Toda dádiva boa e todo o dom perfeito vem do alto, desce do pai das luzes, no qual não existe variações ou sobre mudança. A palavra do Senhor diz: "ponham em prática e não se contentem em ouvi-la apenas, enganando-se a si próprios".

Cheio de amor apostólico, trataremos louvavelmente de existir e fomentar entre

todos o conhecimento e o amor aos livros sagrados. O intérprete, impelido por um amor forte e operoso na sua especialidade e sinceridade dedicado a Santa Madre Igreja, de modo algum deve deixar de arrastar uma e outra vez com as difíceis questões ainda não resolvidas, e, nomeadamente com o que a tradição ensina sobre a imunidade de todo o erro da Sagrada Escritura ao mesmo tempo, como deve ser, as conclusões certas das diversas disciplinas. Toda a sabedoria consiste no amor de Deus, e, em toda a sabedoria é o cumprimento da lei, portar quem abraça a lei possuirá sabedoria, para encontrar alegria e satisfação alimentando-se com o pão da inteligência.

O homem se encontra em uma das mais surpreendentes encruzilhadas da história, mas a nós católicos, a nós que não esquecemos a promessa de que as portas do inferno não prevalecerão contra a Igreja, a nós não nos assalta a dúvida, porque sabemos o nosso destino. Essa nossa inabalável confiança está bem expressa, bem atuante na fecundidade da prece e do trabalho.

Hão de reflorescer as capelas e as paróquias. Hão de as escolas disseminar a palavra de Deus e há de os púlpitos confiados aos que sabem ministrar a sagrada lição, dardejando a mais pura luz da doutrina. Hão de multiplicar-se os catecismos de perseverança, em tanta quantidade e de tanta eficiência que cada homem se torne um foco de irradiação de fé, pela palavra e pelo exemplo. E, só assim poderemos ver coroado do mais radioso êxito a palavra de Deus, palavra que há de ser para nós o da Ação Católica como da Ação Católica está sendo cognominado glorioso pontificado de sua santidade o papa João Paulo II.

No dia em que cada católico souber explicar e defender as verdades da sua fé, por tê-la consolidado no estudo, através dos ensinamentos da Igreja, nesse dia cada um seja qual for o posto que Deus lhe houver dado na vida, há de pregar pelo simples exemplo aquela fé sublime, há de tornar-se apóstolo um verdadeiro e valoroso obreiro da Ação Católica.

E, precisamente neste momento em que estamos todos comemorando o mês da Bíblia rodeados de um povo generoso e sincero, de uma população em que se fundem elementos representativos de todas as grandes raças do globo, sobre um solo rico e fecundo, território privilegiado, verdadeira reminiscência física, em que a natureza pródiga em maravilhas tem a doçura de um sorriso sincero de perene alegria.

Naqueles pinheiros que cobriam a nossa região cuja verticalidade era um assombro de impulsão natural para as alturas, tem o símbolo de nossas aspirações porque desejamos e afirmamos que nunca é demais ci-

tar, ver o minuto presente, não na linha horizontal do tempo, entre um passado que não mais existe e um incerto futuro temporal, mas na linha vertical que liga esse minuto ao único instante da imóvel eternidade.

No fervor cristão das famílias unidas, nos ideais de juventude e na esperança das crianças que no Brasil nascem livremente, colaboremos com nossos esforços para uma sociedade mais fraterna, mais justa, mais unida e mais humana, caminhando todos juntos, despertando a palavra da Bíblia para todos os recantos, depositando nas mãos de Deus o ósculo da mais perfeita felicidade, com propósitos adequados para transformar esta terra de Santa Cruz numa grande hóstia no altar do universo, oferecida ao Pai pelas mãos da Mãe, a Virgem Aparecida, Padroeira do Brasil".

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 1991.

UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA:

Uma conquista da sociedade
 autoria da Professora MARIA SABBAG ZAINKO
 e do Professor EVALDO A.M. FERREIRA

Em meio às perplexidades do atual momento da vida nacional, quer no campo econômico, político ou educacional, assiste-se a uma orquestrada campanha de combate à Universidade Pública e Gratuita, com o objetivo único e exclusivo de privatizá-la e com isso negar, cada vez mais, à maioria da população o direito de acesso ao ensino público e gratuito em todos os níveis.

O Ensino Público foi sem dúvida uma das conquistas mais importantes das sociedades que se fizeram contemporâneas.

Romper com o lema de escolas para poucos e de poucos foi uma bandeira empunhada pelos povos que aprenderam na luta diária a construir o futuro.

Tal luta possibilitou uma descoberta radical: o importante não era se deleitar com o esplendor do céu e das estrelas sabendo nomeá-las uma a uma até formar grandes constelações. O importante era saber com as mãos telescópios que proporcionassem a visão precisa e, portanto, esplendorosa dos corpos celestes.

O que encerra essa metáfora de telescópios e estrelas? Aparentemente uma coisa muito simples. Não se podia mais privilegiar alguns poucos com o acesso ao saber construir telescópios. Se não todos, pelo menos a maioria deveria ter essa possibilidade, a hipótese contrária faria com que a sociedade, a nação, o país, pagassem um alto tributo àqueles poucos que soubessem construir telescópios. Ver estrelas, afi-

nal de contas, passava a ser um direito de todos e todos nasciam iguais sob o mesmo céu.

Pronto, estava aí a grande descoberta, e, como se constituía num princípio fundamental, numa concepção que rompia com privilégios arraigados há muito tempo, transformou-se em base política para os Estados que nasciam. O direito natural de construir telescópios para ver estrelas tomou seu lugar, seu valor, em meio às possibilidades colocadas para o homem educado, cidadão, célula desse novo tempo. Diante disso, para responder ao desafio de construir esse cidadão, governos ansiosos pela contemporaneidade, perceberam que o mecanismo fundamental seria uma política de educação pública através dos sistemas escolares públicos gratuitos, único meio de garantir a formação de homens livres para Estados livres e soberanos.

Foi uma luta gigantesca, na qual os países investiram, durante todo século passado e boa parte deste, na qualidade de seus sistemas públicos de ensino em todos os níveis.

Não se arrependeram, não voltaram atrás, souberam caminhar como nação acreditando que o futuro não se faz exclusivamente nos bancos escolares, mas que é impossível de se realizar sem eles.

Sem essa compreensão, as análises efetuadas refletem no mínimo alguns equívocos grosseiros que pedagogicamente é preciso esclarecer.

O primeiro diz respeito ao descompromisso do Estado ao longo das últimas décadas, para com os investimentos em educação pública e gratuita à maioria da população.

Não é por acaso que o Brasil é o sexto país latino-americano em taxas de analfabetismo. Investindo em Educação apenas 2,9% do seu PIB, segundo dados da UNESCO, o Brasil encontra-se em desvantagem em relação a países como o Equador (3,6%), Chile (4,4%), Venezuela (6,6%), Suriname (8,6%), Guiana (8,7%) e até mesmo países africanos da Comunidade Européia, onde a média mínima de investimento é de 6%.

Vítima de um modelo econômico que prefere investir desarticuladamente em outros setores, o Brasil vai construindo a sua história de país "independente". Uma história que dificilmente será mudada se não houver por parte dos governantes e da sociedade como um todo, uma firme vontade política de mudar o quadro social responsável pela pobreza e ignorância de milhões de brasileiros.

Fazer o discurso da modernidade, do país do primeiro mundo sem uma prioridade real para a universalização da educação básica é no mínimo desconsiderar um aspecto fundamental tanto para o exercício da cidadania quanto para a democratização da

sociedade.

Porém, considerá-la apenas de forma isolada é também uma maneira de impedir o acesso da maioria da população a um processo igualitário de educação em todos os níveis. Pois, no atual momento histórico, não é possível pensar na educação, seja ela de que nível for, senão enquanto totalidade ou seja, um processo educativo que se desenvolva de forma global e articulada, onde as ações concorram para um crescimento da visão de mundo dos alunos-cidadãos, através da compreensão da realidade, da abertura intelectual, do desenvolvimento da capacidade de interpretação e da produção do novo.

E é dentro desse quadro que surge o equívoco relacionado à Universidade.

O que é uma Universidade?

Antes de qualquer coisa é preciso que se diga que ela é uma conquista e um patrimônio da sociedade que a instituiu e a sustenta.

Dentro desse espírito é um direito inegável do cidadão brasileiro, de quem são cobrados pesados tributos.

Muitos pensam que uma Universidade é apenas uma instituição de ensino que outorga ao estudante um diploma, qualificando-o ao exercício de profissão.

Ela é isso, mas é também muito mais!

As Universidades, em especial as públicas (isto é, as mantidas pela União ou pelos Estados), são instituições "sui generis", nelas o ensino, a pesquisa e a extensão devem estar intimamente interligados. Isso significa dizer que a Universidade preserva, transmite, mas principalmente gera e divulga o conhecimento.

É por isso que os professores das Universidades Públicas ocupam apenas uma parte de seu regime de trabalho com as atividades de ensino - a maior parte do seu tempo deve estar destinada ao estudo, à pesquisa e à extensão.

É por isso também que, apesar da crise financeira, do sucateamento dos seus laboratórios, as Universidades Públicas brasileiras são responsáveis por 90% das pesquisas científicas desenvolvidas no País.

No que tange ao atendimento da clientela o compromisso intransigente com a democratização do acesso à Universidade Pública pode ser claramente percebido na evolução das matrículas, tomando-se como exemplo a UFPR. Em 1976 a UFPR atendia, em seus diferentes cursos, a 11.568 alunos. Este total evoluiu para 13.969, em 1981, e para 17.715, em 1990.

Muito embora as condições orçamentárias, impostas pelo Governo Federal sejam bastante precárias, os professores e fun-

cionários demonstram seu envolvimento com a sociedade no momento em que, no mesmo período, ao lado do crescimento significativo das matrículas - da ordem de 60% - houve um decréscimo, também significativo, no número de funcionários e professores. No caso dos funcionários, em 1976 existiam 4.105, em 1981 esse número foi reduzido para 3.990, caindo para 2.448 em 1990. Com relação aos professores, em 1976 existiam 2.158, em 1981 existiam 1.951, caindo para 1.222 em 1990.

Com um total de 42 Cursos de Graduação, distribuídos por três grandes áreas do conhecimento: Tecnológica, Biológica e Humanística e 70 cursos de Pós-Graduação, sendo 38 ao nível de especialização, 24 ao nível de mestrado e 8 ao nível de doutorado, a Universidade Federal do Paraná vem cumprindo o seu papel de propiciar o acesso ao saber a todas as camadas da população pela via dos cursos noturnos que abrigam 65% de alunos oriundos das escolas públicas de 1º e 2º graus.

Como se pode depreender os poucos alunos que conseguem ultrapassar as barreiras impostas pelo processo de desenvolvimento do País estão chegando sim às Universidades Públicas. E se não fossem elas teríamos que voltar ao tempo do Império, quando apenas a elite tinha acesso à educação.

Raciocinar, equivocadamente, que a privatização do ensino é alternativa mais justa e mais viável de possibilitar o acesso a um número maior de alunos é no mínimo induzir a população a arcar com o duplo ônus de pagar pesados tributos e mensalidades escolares capazes de deixar à margem do processo educacional a imensa maioria da população brasileira.

Que País é este que ao invés de combater a doença elimina o doente?

Que País é este que gasta por ano com 20 alunos o que o Japão gasta com um só aluno?

Que, mesmo não dando conta de atender de forma condigna as crianças em idade escolar, aponta demagogicamente para o atendimento das crianças desde os 4 anos de idade?

Enquanto a Política Educacional no seu todo não conseguir resgatar os compromissos do Estado em devolver à população o direito de acesso a uma educação gratuita e de qualidade, difícil será sustentar, na prática, uma proposta de redução das desigualdades sociais e, sobretudo, de elevação do País ao bloco das nações desenvolvidas.

Universidade Pública e Gratuita não é luxo, não é desperdício, é direito inalienável de todo o cidadão brasileiro.